

*Mercado de Trabalho*

TCC/UNICAMP  
B719m  
IE/445



1290000445



IE

TCC/UNICAMP B719m

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP**

**INSTITUTO DE ECONOMIA**



**Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo  
nos Anos 90**

**Aluna: Patrícia Assad Bozza – RA:963007**  
**Orientador: Prof. Dr. Waldir José de Quadros**

**Campinas, Dezembro de 2001**

TCC/UNICAMP  
B719m  
IE/445

**CEDOC/IE**

## Índice

|                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução.....                                                                | 01 |
| 1. Capítulo 1 – Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 80.....                 | 03 |
| 1.1 – Questão Histórica.....                                                   | 03 |
| 1.2 – O Mercado de Trabalho Brasileiro na Década de 80.....                    | 06 |
| 2. Capítulo 2 – Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 90.....                 | 15 |
| 2.1 – Flexibilização do Mercado de Trabalho Brasileiro.....                    | 17 |
| 2.2 – Mercado de Trabalho e Desenvolvimento Econômico nos Anos 90.....         | 21 |
| 3. Capítulo 3 – Mercado de Trabalho na RMSP no Período 1990-1997.....          | 33 |
| 3.1 – As Diferenças de Conceituação entre as Pesquisas de Emprego da RMSP..... | 47 |
| 4. Considerações Finais.....                                                   | 51 |
| 5. Bibliografia.....                                                           | 53 |

## **Introdução**

Durante a década de 90 ocorreram mudanças importantes na estrutura da economia brasileira, que afetaram profundamente a capacidade da geração de empregos no país e, mais drasticamente na Região Metropolitana de São Paulo. Essas mudanças vieram logo após os 10 anos em que a economia do país foi praticamente paralisada pelos efeitos da crise da dívida externa. Durante a década anterior o governo brasileiro barrou o aumento da atividade econômica e realizou políticas em favor a aumentar as exportações e diminuir as importações, visando acumular saldos positivos na Balança Comercial e, assim, pagar os encargos da dívida externa brasileira.

No início dos anos 90 a pressão sobre os países endividados diminuiu devido à mudança na situação financeira internacional e o Brasil pode baixar a inflação e voltar a permitir o aumento da atividade econômica interna. O país voltou a receber recursos externos e a ter sua dívida externa aumentada. O governo relaxou nas restrições às importações e não mais teve que incentivar as exportações a qualquer custo. Essa nova situação financeira internacional viabilizou uma drástica e indiscriminada abertura econômica e financeira internacional que, juntamente com outros fatores, provocaram todas essas mudanças estruturais na economia brasileira durante a década de 90 e implicando na dificuldade em gerar emprego e renda.

Todas essas mudanças estruturais e suas consequências sobre a geração de empregos fez com que o desemprego tenha se mostrado como um os principais problemas sociais da década de 90 e, mais especificamente, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que é o maior núcleo industrial do país.

Esse trabalho tem como objetivo analisar o mercado de trabalho da RMSP e as implicações, para o esse mercado, das mudanças de política econômica pelas quais o país passou durante o período 1990-1997. A razão de se ter escolhido esse período para análise está relacionada à maior disponibilidade de dados e trabalhos já realizados e, para assim, possibilitar uma análise mais profunda dessas questões.

No primeiro capítulo, apresenta-se um breve histórico da década de 80, focando nas implicações das medidas governamentais em função do pagamento da dívida externa sobre o mercado de trabalho brasileiro. Durante a década de 80, o Brasil se depara pela primeira

vez com o problema do desemprego aberto, nunca antes vivido no país. Cabe aqui incluir o conceito de desemprego aberto e desemprego oculto que serão constantemente mencionados nesse trabalho.

1) Desemprego Aberto - Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

2) Desemprego Oculto - Pessoas que realizam trabalhos precários, pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e pessoas que não trabalham, que efetivamente procuraram trabalho nos últimos 12 meses.

No segundo capítulo é feita uma análise do mercado de trabalho brasileiro em geral, e também das mudanças de política econômica ocorridas durante a década de 90. Essas mudanças nas políticas adotadas pelo governo Collor e depois pelo governo FHC, implicaram em drásticas mudanças na estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Essas mudanças traduzem-se em eliminação relativa de postos de trabalho no setor secundário e criação de oportunidades ocupacionais no setor terciário, queda na participação do emprego formal e aumento do emprego informal (sem carteira de trabalho assinada), entre outros. Na verdade, o que se assiste é uma precarização das relações de trabalho no Brasil.

No terceiro e último capítulo, aborda-se de forma mais centrada o mercado de trabalho da RMSP, analisando mais profundamente, os efeitos das decisões governamentais e das mudanças nas relações internacionais, sobre o emprego na região. Assim, como ocorre no Brasil em geral e de forma mais drástica, notar-se-á que os efeitos da abertura comercial indiscriminada, das altas taxas de juros, da sobrevalorização da moeda nacional, juntamente com a falta de uma política de proteção ao emprego, foram devastadores para o nível e qualidade de emprego na RMSP.

## **Capítulo 1 – O Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 80.**

### **1.1 – Questão Histórica**

O Brasil enfrentou durante a década de 80 o esgotamento do dinamismo da economia industrial e a desarticulação do padrão de acumulação vigente desde os anos 50. Os anos 80 significaram uma ruptura na trajetória do crescimento acentuado da economia no pós-guerra e na expansão do PIB per capita. A economia brasileira nunca havia passado por uma experiência de redução absoluta no nível de produção industrial antes dos anos 80.

O grande sujeito da década foi a Crise da Dívida Externa e toda a trajetória da política econômica dos anos 80 foi submissa ao pagamento dos serviços da dívida. O rápido crescimento da economia brasileira do pós-guerra até o final da década de 70 adotou um programa de desenvolvimento nacional baseado principalmente na absorção de recursos externos, o qual ficou totalmente debilitado com o fim do ingresso voluntário de capital estrangeiro no país e as altas taxas de juros que passaram a ser praticadas internacionalmente.

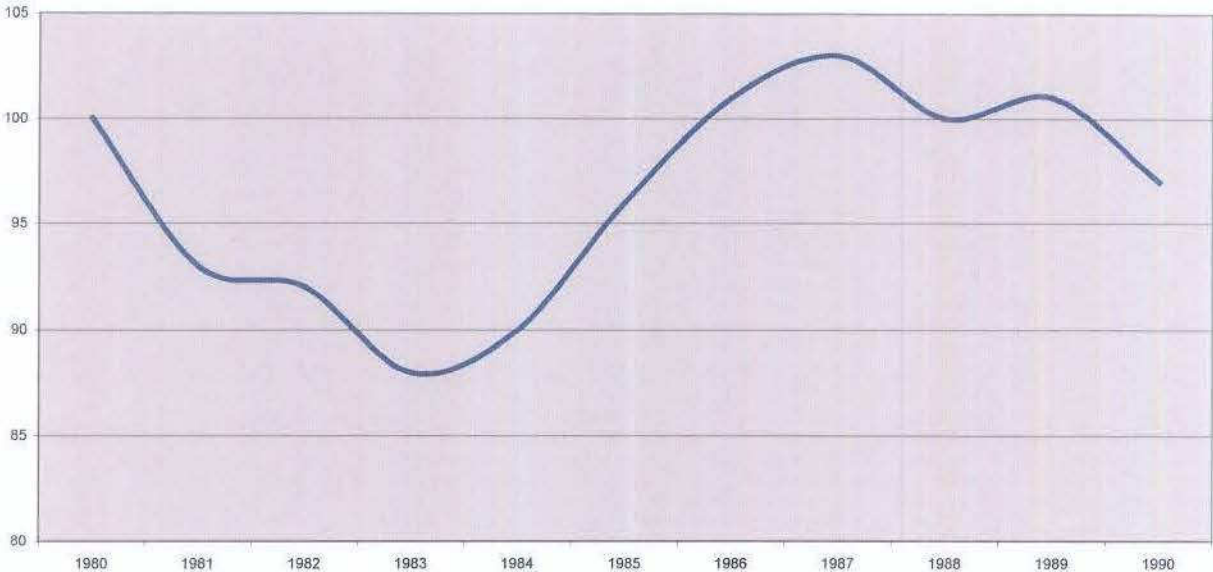
O governo brasileiro para que pudesse pagar os serviços da dívida adotou uma política econômica totalmente conservadora e solidária com os credores internacionais e a sua lógica financeira. Entre os anos de 1980 e 1988 aproximadamente US\$91,5 bilhões foram transferidos do Brasil para a comunidade econômica mundial (Mattoso, 1991).

Para gerar saldos positivos na Balança Comercial Nacional seria necessário aumentar as exportações e inibir as importações. A indústria nacional passou a usufruir de um grau de protecionismo extremamente alto. Além das tarifas de importação já antes existentes, passaram a receber subsídios para exportação e a se beneficiar das abruptas desvalorizações da moeda nacional e restrições à importação.

Esse protecionismo à indústria nacional fez com que a modernização do parque produtivo fosse profundamente heterogênea. As empresas que forneciam produtos somente ao mercado nacional, não viram estímulos à modernização das suas formas de produção e permaneceram atrasadas em relação às empresas do mesmo setor que competiam no mercado internacional. Enquanto isso, algumas das companhias internacionalizadas

localizadas no Brasil, atingiram um maior grau de aperfeiçoamento, tornando-se mais competitivas no mercado internacional.

Evolução dos Índices do Produto Interno Bruto (PIB) "per capita" no Brasil - 1980-1990



Fonte: Bacen IBGE

Nota: 1980=100

Apesar de todos os incentivos do governo, os estímulos às exportações não foram suficientes para gerar os saldos positivos na Balança Comercial Brasileira, sendo necessário recorrer a restrições do ritmo de atividade econômica. O saldo comercial foi obtido com estagnação, inflação alta e deterioração das finanças públicas, devido ao pagamento dos serviços da dívida interna e externa.

A “Década Perdida”, como ficou conhecida a década de 80, pode ser dividida em três períodos diferentes:

- 1) 1981 a 1983 – Os primeiros três anos da década correspondem ao período de maior submissão da economia brasileira ao ajustamento do setor externo, apresentando as maiores restrições às importações, maxidesvalorização cambial e alterações na política salarial em função de

comprimir a demanda interna por importados e por exportáveis.

Esse é o período de maior recessão da década, com queda do PIB, deterioração das condições de trabalho e surgimento do desemprego aberto, nunca antes vivido no Brasil.

É também nesse período que os sindicatos aumentam sua atuação no país e, em 1983 a primeira “greve geral”, desde o golpe militar de 1964 é convocada.

- 2) 1984 a 1986 – Durante os anos de 84 e 86 o Brasil viveu uma recuperação não sustentada do nível de atividade econômica. Essa recuperação das atividades é impulsionada pelos déficits comerciais praticados pelos EUA que permitiram o aumento das exportações brasileiras movimentando assim, a economia do país em geral. Somente no ano de 1985, o PIB nacional cresceu 8,3%, aumentando o nível de emprego, o rendimento médio dos assalariados e da massa salarial. (Mattoso, 1991)
- 3) 1987 a 1989 – Os últimos anos da década de 80 são caracterizados por oscilações suaves na economia e crises mais breves do que a vivida nos três primeiros anos da década. O momento é de estagnação e retorno a políticas ortodoxas de administração da economia, com aumento da inflação e agravamento da crise cambial, o que impossibilitava a acumulação de reservas internacionais apesar dos acentuados superávits comerciais. A instabilidade inflacionária era crescente e o nível de produção e emprego extremamente flutuantes, sem que se manifestasse claramente uma tendência de retração da atividade econômica.

Um ponto extremamente pertinente na relação entre as oscilações econômicas da década de 80 e o nível de emprego é a preservação do aparelho produtivo durante as épocas de crise. Embora a taxa de investimento tenha sido bastante baixa durante a década de 80, não ocorreu um processo de desindustrialização ou reestruturação industrial em larga escala, mantendo-se a estrutura produtiva, a não ser por algumas empresas internacionalizadas que acompanharam o avanço produtivo.

Essa não desindustrialização permitiu que o emprego oscilasse juntamente com o nível de atividade econômica. Ou seja, durante os períodos de recuperação da economia, o nível de emprego crescia juntamente com o nível de atividade. Esse foi um dos fatores primordiais para que o resultado da “Década Perdida” não tivesse sido mais desastroso para o mercado de trabalho brasileiro.

## 1.2 – O Mercado de Trabalho brasileiro na década de 80

Todo esse movimento da economia ao longo da década afetou extremamente o mercado de trabalho urbano, interrompendo o crescente assalariamento e formalização da estrutura ocupacional vividos até o final da década de 70.

Ao contrário do que se observa nas décadas anteriores, o que se teve na década de 80 foi uma profunda precarização das relações de trabalho e do trabalho assalariado através da queda relativa do emprego formal, aumento do trabalhador por conta própria e diminuição do poder de compra do trabalhador. A economia em estagnação não gerou oportunidades ocupacionais necessárias para absorver o aumento da População Economicamente Ativa (PEA) e o processo inflacionário corroeu o poder de compra do trabalhador.

Além disso, as desigualdades de renda existentes desde o início da industrialização no país passaram por um agravamento durante a década de 80, aumentando a pobreza no país. Ocupações de alto nível de produtividade nunca significaram aumento do poder de compra. Nesse aspecto do desenvolvimento nacional pesaram arranjos políticos e institucionais. Nunca se propôs fornecer condições para que o progresso do país se orientasse na direção de satisfazer necessidades básicas do conjunto da população brasileira.

A título de exemplo da piora na distribuição de renda e para dar início a discussão, em 1980 os rendimentos do trabalhador eram correspondentes a 50% da renda interna urbana. Em 1988, esses rendimentos passam a corresponder a 38% da renda interna urbana. (Mattoso, 1991)

# Distribuição de Renda dos ocupados em Atividades Não-Agrícolas

Brasil

1981-1989

| Extratos de Renda | Participação na Renda Total |              | Renda Média em Salários Min. de 1981 |              | Variação da Renda Média |
|-------------------|-----------------------------|--------------|--------------------------------------|--------------|-------------------------|
|                   | 1981(%)                     | 1989(%)      | 1981                                 | 1989         | 1981/1989               |
| -20%              | 4,4                         | 3,2          | 0,605                                | 0,475        | -21,5                   |
| 30%               | 14,4                        | 11,1         | 1,320                                | 1,087        | -17,7                   |
| 30%               | 26,2                        | 23,8         | 2,397                                | 2,330        | -2,8                    |
| 15%               | 28,1                        | 29,7         | 5,163                                | 5,830        | 12,9                    |
| 5%                | 26,9                        | 32,2         | 14,758                               | 19,006       | 28,8                    |
| <b>Total</b>      | <b>100,0</b>                | <b>100,0</b> | <b>2,750</b>                         | <b>2,950</b> | <b>7,3</b>              |

**Fonte:** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1981 e 1989.

A distribuição da renda gerada entre os ocupados tornou-se mais desigual no final da década quando comparada ao ano de 1981. Em 81, os 5% mais ricos detinham 26,9% da renda total urbana e, os 50% mais pobres detinham 18,8% da renda total urbana. Esses números tornaram-se mais concentrados em 89. Os 5% mais ricos passaram a deter 32,2% da renda total, enquanto a participação relativa dos 50% mais pobres na renda total urbana caiu para 14,3%. (Mattoso, 1998)

Os 20% mais ricos da população brasileira tiveram sua renda relativa aumentada entre os anos de 1981 e 1989, enquanto as demais parcelas da população tiveram sua renda média real diminuída. Dentre as atividades ocupacionais dos 20% mais pobres da população, 10% correspondiam a atividades sociais e administração pública, enquanto 17,6% das ocupações para esse estrato da população eram com carteira assinada. (Baltar, 1996)

O emprego formal (com carteira assinada) cresceu mais lentamente que a ocupação não-agrícola total. Ocorreu, então, uma proliferação do emprego informal que geralmente é mal remunerado e um aumento do emprego formal de baixa remuneração. Isso quer dizer que o pouco que o emprego formal cresceu dentre essa categoria social referiu-se a empregos de baixos salários.

Para os 30% com rendimento imediatamente acima da mediana, o nível de emprego formal diminuiu de 70% em 81 para 65,8% em 89. Embora tenha aumentado a participação do emprego informal para esse estrato da população, o nível de renda não foi comprimido. Isso provavelmente significa que a substituição dos empregos formais pelos empregos informais não foi traduzida em pior remuneração das novas ocupações. (Mattoso, 1998)

Distribuição do Emprego Não-Agrícola Formal e Informal, Segundo Ramos de  
Atividade, e Grau de Formalização

Brasil

1979-1989

Em porcentagem

| Ramos de<br>Atividade                | Emprego Formal |              | Emprego Informal |              | Grau de Formalização |             |
|--------------------------------------|----------------|--------------|------------------|--------------|----------------------|-------------|
|                                      | 1979           | 1989         | 1979             | 1989         | 1979                 | 1989        |
| Indústria de<br>Transformação        | 30,2           | 27,0         | 12,4             | 12,8         | 77,8                 | 72,6        |
| Construção<br>Civil                  | 8,5            | 5,4          | 12,5             | 11,6         | 49,4                 | 36,8        |
| Outras<br>Atividades<br>Industriais  | 3,1            | 2,5          | 1,1              | 1,4          | 79,9                 | 69,1        |
| Comércio de<br>Mercadorias           | 10,7           | 11,6         | 19,6             | 21,4         | 44,0                 | 40,6        |
| Prestação de<br>Serviços             | 9,5            | 9,4          | 41,1             | 39,9         | 25,1                 | 22,9        |
| Serviços<br>Auxil. da Ativ.<br>Econ. | 3,4            | 3,8          | 4,3              | 4,6          | 53,5                 | 50,6        |
| Transporte e<br>Comunicação          | 5,6            | 5,5          | 5,5              | 4,1          | 59,5                 | 62,5        |
| Atividades<br>Sociais                | 15,4           | 18,7         | 1,5              | 2,1          | 93,9                 | 91,7        |
| Adm. Pública                         | 8,9            | 11,1         | -                | -            | 100,0                | 100,0       |
| Outras<br>atividades                 | 4,7            | 5,5          | 2,0              | 2,1          | 77,4                 | 74,7        |
| <b>Total</b>                         | <b>100,0</b>   | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>     | <b>100,0</b> | <b>59,1</b>          | <b>55,6</b> |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 1979 e 1989.

Esse fato torna-se mais curioso quando observamos o estrato dos 5% mais ricos da população brasileira. Enquanto houve um aumento na participação relativa da renda desse

estrato na renda total urbana, como já foi visto, ocorreu também uma queda na participação do emprego formal dentre esse estrato. Em 81, a participação relativa de emprego formal referente aos 5% mais ricos era de 70% e em 89 de 59,4%. Esses empregos formais que deixaram de ser ocupados pelos 5% mais ricos da população economicamente ativa foram substituídos por trabalhadores por conta própria e por empregadores.

Para os 20% mais pobres caiu o número de empregos referentes a empregadas domésticas e trabalhadores por conta própria e aumentou o número de trabalhadores sem carteira assinada e funcionários públicos. Dentre os 5% mais ricos caiu a participação no emprego referente à indústria de transformação e funcionários públicos e aumentou o número de empregadores e trabalhadores por conta própria. (Baltar, 1996)

Existe uma certa tendência em se vincular o emprego informal com baixa remuneração, porém não é o observado na Brasil dos anos 80. O emprego formal teve sua participação relativa diminuída somente entre os 50% mais ricos no Brasil da década de 80. O que ocorreu, portanto, foi uma desvalorização do trabalho assalariado, com perda relativa da sua importância, ocorrendo a proliferação de pequenos negócios.

A partir dessa análise percebe-se que a categoria “trabalhadores por conta própria” é extremamente heterogênea no Brasil, incluindo trabalhadores do mais baixo estrato da sociedade até os 5% mais ricos.

Distribuição dos Estratos de Renda dos Ocupados em Atividade Não-Agrícolas,  
Segundo a Categoria Ocupacional

Brasil

1981-1989

Em porcentagem

|                                              | Distribuição dos Extratos de Renda |       |       |       |       |       |       |       |       |       |       |      |
|----------------------------------------------|------------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------|
|                                              | -20%                               |       | 30%   |       | 30%   |       | 15%   |       | 50%   |       | Total |      |
| Categoria Ocupacional                        | 1981                               | 1989  | 1981  | 1989  | 1981  | 1989  | 1981  | 1989  | 1981  | 1989  | 1981  | 1989 |
| Emprego Doméstico Remunerado                 | 25,7                               | 20,4  | 9,7   | 8,7   | 1,6   | 2,5   | 0,1   | 0,2   | 0,0   | 0,0   | 8,5   | 7,5  |
| Emprego s/ Carteira de Trabalho              | 20,9                               | 25,0  | 17,3  | 19,8  | 8,0   | 10,5  | 3,5   | 4,7   | 2,5   | 3,5   | 12,4  | 15,0 |
| Trabalho por conta própria                   | 25,7                               | 23,7  | 18,9  | 17,7  | 17,9  | 17,3  | 17,1  | 18,3  | 11,4  | 16,7  | 19,3  | 18,8 |
| Emprego em Atividades Sociais e Adm. Pública | 10,0                               | 12,3  | 14,8  | 16,1  | 16,9  | 17,4  | 17,7  | 18,3  | 17,2  | 15,1  | 15,0  | 16,0 |
| Outros Empregos c/ Cart. de Trabalho         | 12,1                               | 12,1  | 25,6  | 23,6  | 31,5  | 27,7  | 27,9  | 26,9  | 26,0  | 25,8  | 25,1  | 23,1 |
| Emprego c/ Cart. na Ind. de transf.          | 5,5                                | 6,0   | 12,9  | 12,8  | 21,6  | 20,7  | 25,7  | 21,9  | 26,8  | 18,5  | 16,7  | 15,5 |
| Empregadores                                 | 0,1                                | 0,4   | 0,8   | 1,3   | 2,5   | 3,9   | 8,0   | 9,7   | 16,1  | 20,4  | 3,0   | 4,0  |
| Total                                        | 100,0                              | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100, |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNDA 1981 e 1989.

A queda das atividades industriais e o aumento das atividades no setor de serviços refletem a estagnação da economia, significando a inversão das tendências que se manifestaram no país desde a década de 50, ou seja, o aumento do emprego nas indústrias. Embora a participação absoluta da ocupação no setor secundário em 89 tenha sido maior que em 79, sua participação relativa diminuiu.

Como já foi dito, houve uma informalização do mercado de trabalho, atingindo todos os setores da atividade não-agrícola (exceto transportes e comunicação) e mais intensamente no setor terciário, ou seja, no setor de maior absorção de pessoal durante a década de 80. O emprego formal acompanhou o desempenho da produção industrial, crescendo uma média de 2,7% ao ano durante a década de 80, sendo que a PEA cresceu 3,5% ao ano. O emprego formal diminuiu sua participação de 71,7% para 63,8% entre 81 e 89 (Baltar, 1996).

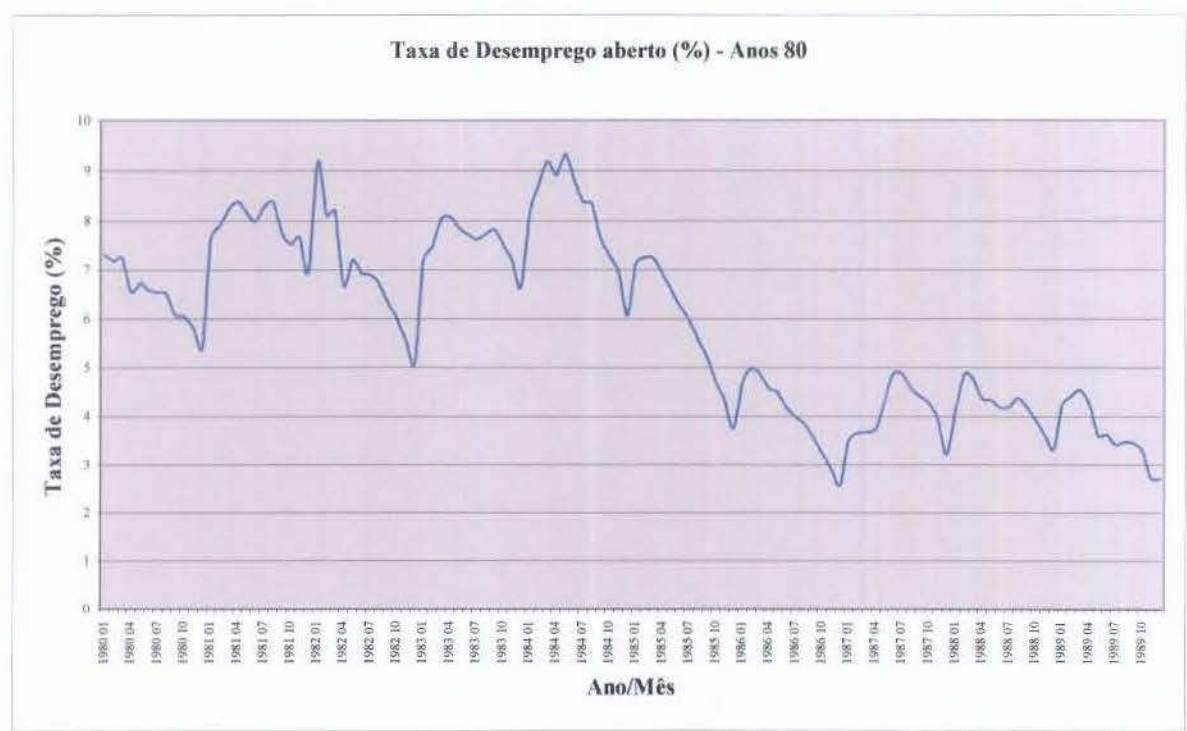
Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) de 10 nos ou Mais, por  
Situação do Domicílio e Ramos da Atividade Principal  
Brasil  
1970-1980  
Em porcentagem

| Anos | Urbano   |              | Rural    |              | Total    |              |
|------|----------|--------------|----------|--------------|----------|--------------|
|      | Agrícola | Não-Agrícola | Agrícola | Não-Agrícola | Agrícola | Não-Agrícola |
| 1970 | 10,1     | 89,9         | 87,8     | 12,2         | 44,3     | 55,7         |
| 1980 | 7,6      | 92,4         | 79,7     | 20,3         | 29,3     | 70,7         |
| 1990 | 6,0      | 94,0         | 68,4     | 31,6         | 22,9     | 77,7         |

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Na verdade a sustentação do nível de ocupação dependeu muito da capacidade de absorção de mão-de-obra nas atividades do setor terciário, principalmente no comércio e serviços (reparação, conservação, alojamento, alimentação, atividades sociais e serviços de

apoio à atividade econômica). Esse fato mostra a deterioração do mercado de trabalho brasileiro que deixou de oferecer tantas oportunidades de ocupação vinculadas à continuidade da montagem e aperfeiçoamento do aparelho produtivo quanto nas décadas anteriores. Não que o não crescimento do emprego industrial signifique o não crescimento da economia, porém no caso brasileiro, o fraco crescimento do emprego industrial conjugou-se com sensível queda dos investimentos e estagnação da produção desse setor.



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME)  
**Comentário:** Regiões metropolitanas (RMs) - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Refere-se a pessoas com 15 anos ou mais de idade.

O nível de emprego foi também incrementado no setor público, o que ajudou no desempenho geral do mercado de trabalho durante a “Década Perdida”. De fato houveram três fatores que favoreceram o desempenho geral do mercado de trabalho na década de 80: a expansão de postos de trabalho no setor público e no terciário, o crescimento lento da PEA urbana e a preservação da estrutura industrial. Foi graças a preservação dessa estrutura que o emprego formal se recuperou durante os anos de 84 e 86 e o nível de desemprego

aberto, fenômeno nunca antes vivido no país, manteve-se sob nível controlado até o final da década. O Brasil nunca havia experimentado o desemprego aberto e nem passado pela experiência de redução absoluta no nível da produção industrial.

Apesar de todos os fatores negativos para a economia brasileira e para o mercado de trabalho nacional ocorridos durante a década de 80, o país conseguiu manter o seu aparelho produtivo e o desemprego aberto controlado. O resultado da década não foi tão negativo, foi nulo, na verdade, o que fez com que fosse chamada de Década Perdida.

## **Capítulo 2 – O Mercado de Trabalho no Brasil nos Anos 90**

A década de 90 iniciou-se com uma abertura da economia brasileira ao exterior que debilitou o seu potencial de crescimento, traduzido na permanência de uma baixa taxa bruta de investimento.

A retomada das políticas de inserção passiva e de subordinação ao receituário de ajustes propostos por países avançados e organismos internacionais, prejudicou a busca de um projeto de desenvolvimento nacional mais integrado e voltado para a consolidação de um mercado interno mais amplo que incorporasse uma maior parcela da população.

Na ausência de um projeto nacional, a abertura brasileira aconteceu de forma indiscriminada e, portanto, desprovida de quaisquer políticas de inserção ativa e de proteção à produção e ao emprego, seja de políticas setoriais e de comércio exterior, seja de mecanismos democráticos de negociação.

Os governos que se sucederam desde o início da década de 90 usaram a estratégia de abertura externa com restrição à atividade econômica como instrumento para conter a inflação e forçar o ajuste da economia. O uso dessas políticas debilitou ainda mais o potencial de crescimento da economia nacional, traduzido no rebaixamento da taxa bruta de investimento.

A política econômica do Plano Real, baseada no tripé da abertura econômica e financeira indiscriminada, na sobrevalorização da moeda nacional e nos juros altos teve como consequência a profunda desestruturação produtiva e do mercado de trabalho, além de ampliados desequilíbrios das contas públicas e das externas e o desmonte do Estado Nacional.

A abertura comercial indiscriminada traduzida em eliminação das barreiras não-tarifárias, abolição do Anexo C e rápida redução das tarifas (reversão das políticas de proteção à indústria nacional praticadas durante toda a década anterior), somada à abertura financeira, à valorização da moeda nacional e aos juros elevados levam a um crescimento macroeconomicamente insustentável, fazendo com que cada vez que a economia aumentava seu ritmo de crescimento, o governo fosse obrigado a conter tal aceleração, prejudicando o crescimento do parque produtivo instalado e do mercado de trabalho.

Brasil: Investimento Estrangeiro(1) por Tipo

1992/1997

(Em US\$ milhões)

| <b>Investimento Estrangeiro</b> | <b>1992</b> | <b>1993</b> | <b>1994</b> | <b>1995</b> | <b>1996</b> | <b>1997</b> |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Investimento Estrangeiro</b> |             |             |             |             |             |             |
| <b>Ingresso</b>                 | 5188        | 15928       | 21214       | 28010       | 35152       | 57719       |
| <b>Retorno</b>                  | 2330        | 8860        | 17892       | 20768       | 19669       | 34832       |
| <b>Líquido</b>                  | 2858        | 7068        | 9322        | 7242        | 15483       | 21887       |
| <b>Portfólio</b>                |             |             |             |             |             |             |
| <b>Ingresso</b>                 | 3864        | 14971       | 21600       | 22559       | 24684       | 37190       |
| <b>Retorno</b>                  | 2160        | 8380        | 16521       | 17806       | 18566       | 30775       |
| <b>Líquido</b>                  | 1704        | 6591        | 5079        | 4753        | 6118        | 6415        |
| <b>Direto</b>                   |             |             |             |             |             |             |
| <b>Ingresso</b>                 | 1324        | 877         | 2241        | 3285        | 9580        | 17864       |
| <b>Retorno</b>                  | 170         | 480         | 329         | 315         | 385         | 1534        |
| <b>Líquido</b>                  | 1154        | 397         | 1912        | 2970        | 9195        | 16330       |
| <b>Fundos de Renda Fixa</b>     |             |             |             |             |             |             |
| <b>Ingresso</b>                 | 0           | 80          | 1434        | 211         | 12          | 398         |
| <b>Retorno</b>                  | 0           | 0           | 86          | 1196        | 8           | 1826        |
| <b>Líquido</b>                  |             | 80          | 1348        | -985        | 4           | -1428       |
| <b>Outros Fundos</b>            |             |             |             |             |             |             |
| <b>Ingresso</b>                 | 0           | 0           | 1939        | 1955        | 876         | 1267        |
| <b>Retorno</b>                  | 0           | 0           | 956         | 1451        | 710         | 697         |
| <b>Líquido</b>                  | 0           | 0           | 983         | 504         | 166         | 570         |

Fonte: Banco Central do Brasil.

Notas: (1) Em moeda, não inclui operações em moeda nacional, mercadorias, conversões e reinvestimentos.

(2) Provisório

(3) Fundos de privatização, de investimento imobiliário e fundos mútuos de investimento em empresas emergentes.

O nível de atividade tinha de ser contido, visando evitar o maior desequilíbrio das contas externas e a aceleração da inflação.

Toda essa brusca mudança na política econômica adotada pelo governo brasileiro, quando comparada à política praticada na década anterior, reflete uma profunda mudança no papel do Estado dentro da economia nacional. O governo brasileiro passou de desenvolvimentista para patrimonialista, ou seja, passou a agir mais em função da garantia de interesses estrangeiros e em socorro aos grandes grupos econômicos nacionais, e menos em função da garantia do desenvolvimento e crescimento nacional.

As medidas adotadas em função da expansão da atividade econômica e do mercado de trabalho adotada durante a década de 90 foi a de maior flexibilização do mercado de trabalho. Mesmo nos países desenvolvidos, onde as relações de trabalho são mais rígidas, a adoção de políticas dessa natureza não se mostrou eficaz. No Brasil, onde as empresas possuem liberdade total na forma de contratação da mão de obra, tal política não podia ser menos desastrosa.

## 2.1 – Flexibilização do Mercado de Trabalho Brasileiro

A questão da flexibilização do mercado de trabalho surgiu na Europa no momento em que a legislação trabalhista e de encargos sociais passou a representar maiores custos da mão-de-obra, prejudicando a competitividade das principais economias européias.

O crescimento sustentado da economia européia durante as décadas de 50 e 60, traduzido nas políticas de pleno emprego e altos salários deu lugar à instabilidade econômica com tendência à estagnação, inflação e desemprego.

Num contexto de esgotamento do padrão fordista, ou seja, da interação dos aumentos gerais de salários com elevação da produtividade e de aumento da competição entre as principais potências européias é que surge o debate favorável à flexibilização das relações de trabalho.

A flexibilização do uso da mão-de-obra é apresentado em duas formas básicas:

- 1) Flexibilidade Quantitativa, ou seja, o enxugamento do pessoal;
- 2) Flexibilidade Funcional, que se refere a polivalência de funções de trabalhadores.

Efetivamente o pensamento dominante presumia que através de políticas liberalizantes e de auto-regulação dos mercados, do encolhimento do Estado e do saneamento da economia liberar-se-iam recursos capazes de estimular os investimentos, elevar a oferta e, conseqüentemente, acelerar o crescimento econômico e do emprego. Têm-se ampliado as avaliações críticas desse processo e considerado também a necessidade de indivíduos, empresas, estados e organismos internacionais buscarem novos mecanismos públicos e negociados de regulação capazes de romper com esta dinâmica medíocre.

Enquanto isso, o que se observa no Brasil é um contexto completamente diferente do existente na Europa em relação ao debate da flexibilização do mercado de trabalho. Quando explicitou-se o baixo nível de competitividade do parque industrial nacional e, assim, agravou-se o problema da falta de emprego, observou-se um aumento ao apoio às teses favoráveis à flexibilização do mercado de trabalho, tanto no sentido de baratear o custo da mão-de-obra, como para garantir a preservação dos postos de trabalho.

Além da alta rotatividade e do pequeno quadro de empregos estáveis, a contratação coletiva do trabalho nunca se desenvolveu e os direitos do trabalhador, garantidos por lei, não acarretam alto custo do trabalho e nem impedem a utilização flexível da mão-de-obra pelas empresas.

Apesar de algumas mudanças na legislação trabalhista, estimuladas pela redemocratização do país e consolidadas pela Constituição de 88, e do avanço dos sindicatos e das práticas de negociação coletiva, as empresas continuaram a ter muita liberdade para contratar, usar, remunerar e dispensar mão-de-obra.

Diferente das formas de flexibilização básicas observadas na Europa, as propostas no caso brasileiro foram:

- 1) Eliminação dos direitos legais, como 13º salário, diminuição das férias e feriados, aumento da jornada de trabalho, entre outros.
- 2) Estabilização dos vínculos do empregado, visando o desenvolvimento da flexibilidade funcional que, supostamente, ajudaria a aumentar a produtividade.

Não há nenhuma prova, porém, que a estabilidade no emprego seja garantia de aumento da produtividade no trabalho. O Brasil apresenta um regime de trabalho caracterizado pela instabilidade dos vínculos empregatícios, o que não foi empecilho para o aumento da produtividade da indústria brasileira.

O mercado de trabalho e a mão-de-obra no Brasil são caracterizados pela instabilidade dos empregos e o baixo nível dos salários. Esses aspectos se reforçam mutuamente e são partes de um regime fluido de relações de trabalho, marcado pelo livre-arbítrio dos empregadores, devido à ausência de uma regulação coletiva do uso e remuneração da mão-de-obra.

As empresas no Brasil dispõem de um núcleo relativamente pequeno de empregos estáveis e contratam os demais trabalhadores apenas à medida que o nível de atividade justifica. Ou seja, as empresas possuem flexibilidade para ajustar o quadro de funcionários de acordo com o ritmo da atividade econômica. A grande maioria da PEA está permanentemente trocando de emprego. A distribuição dos empregos por tempo de serviço é bastante concentrada nos anos iniciais, devido ao fato da dificuldade em demitir trabalhadores aumentar conforme aumenta o tempo de serviço na empresa. Aqueles que conseguem permanecer por mais tempo no emprego, aumentam suas chances de acumular vários anos de serviço num estabelecimento, desde que não haja redução substancial do nível de emprego.

Indicadores da Produção Industrial, 18989/1995

| Anos | Produção Industrial |      | Bens de Capital |       | Intermediários |      | Consumo Durável |       | Consumo não-durável |      |
|------|---------------------|------|-----------------|-------|----------------|------|-----------------|-------|---------------------|------|
|      |                     |      |                 |       |                |      |                 |       |                     |      |
| 1989 | 100,0               | -    | 100,0           | -     | 100,0          | -    | 100,0           | -     | 100,0               | -    |
| 1990 | 91,1                | -8,9 | 84,5            | -15,5 | 91,3           | -8,7 | 94,2            | -5,8  | 94,8                | -5,2 |
| 1991 | 88,7                | -2,6 | 83,4            | -1,3  | 89,3           | -2,2 | 98,6            | 4,7   | 96,5                | 1,8  |
| 1992 | 85,4                | -3,7 | 77,6            | -6,9  | 87,2           | -2,4 | 85,8            | -13,0 | 92,8                | -3,8 |
| 1993 | 91,8                | 7,5  | 85,0            | 9,5   | 92,0           | 5,5  | 110,7           | 29,1  | 99,0                | 6,6  |
| 1994 | 99,0                | 7,8  | 100,9           | 18,7  | 98,0           | 6,5  | 127,5           | 15,1  | 100,9               | 2,0  |
| 1995 | 100,4               | 1,5  | 101,3           | 0,4   | 98,3           | 0,3  | 142,8           | 12,0  | 105,0               | 4,1  |

Fonte: Banco Central do Brasil.

É verdade que qualquer que seja o grau de instrução, a chance de ser desligado do emprego diminui conforme aumenta o tempo de serviço, porém a rotatividade da mão-de-

obra e as flutuações sazonais são muito mais frequentes entre empregados com baixa escolaridade.

Os postos de trabalho e salários praticados no Brasil são extremamente heterôgeneos. A alta proporção de empregados com baixa escolaridade, a dificuldade desses empregados em acumular tempo de serviço num estabelecimento juntamente com os baixos salários iniciais respondem em grande medida pela elevada assimetria e dispersão da distribuição dos salários. Os empregados que trocam constantemente de emprego e não acumulam tempo de serviço no mesmo estabelecimento não conseguem distanciar-se do salário de entrada, recebendo salários relativos aos postos de trabalho iniciais e não se beneficiando das promoções que decorrem da permanência na empresa.

Os salários iniciais em geral são muito baixos. Por exemplo, jovens entre 18 e 24 anos que somente completaram o antigo curso ginasial, ganham em média menos do que 3 salários mínimos (Baltar, Proni;1996). Sem muitas oportunidades de permanecer no emprego por vários anos e acumular tempo de serviço com um único empregador, o trabalhador de baixa escolaridade dificilmente consegue aumentar sua remuneração de modo suficiente a compensar o baixo salário inicial, permanecendo na base da pirâmide salarial do emprego formal, mesmo tendo alcançado o auge de sua trajetória profissional.

Com a queda relativa do emprego formal nos anos 90, o que se observou no Brasil, foi a busca de uma maior e melhor produção com um quadro funcional menor e melhor preparado, ou seja, houve uma diminuição no núcleo de empregos estáveis, aumentando o grau de rotatividade da mão-de-obra. A utilização cada vez mais frequente da sub-contratação de serviços em substituição a contratação direta de mão-de-obra para executar certas atividades tende a reduzir o estoque de empregos estáveis. Consolida-se de um lado um núcleo relativamente pequeno de trabalhadores com empregos estáveis e relativamente bem remunerado e, de outro, uma massa de empregos instáveis e mal remunerados.

Como se pode notar, a regulamentação do trabalho no país não garante estabilidade no emprego e permite alta flexibilidade para o empregador contratar, usar, remunerar e dispensar trabalhadores. Não há necessidade e muito menos benefícios em aumentar a flexibilidade de um mercado de trabalho como o brasileiro. No caso do Brasil, um aumento da flexibilização das relações de trabalho pode ser traduzido em condições ainda mais precárias de trabalho.

Em vez de melhorar a situação global do emprego e a empregabilidade da população, a desregulamentação do mercado de trabalho tem prestado uma contribuição própria para ressaltar aspectos da desestruturação do mercado de trabalho que ora ocorre nos países avançados. A desregulamentação do mercado de trabalho não evitou a continuidade da ampliação dos excluídos daquele mercado e tem colaborado também para que muitos dos incluídos tenham trabalhos cada vez mais intensos, prolongados e mal remunerados. Com a perda do poder de barganha dos trabalhadores e de seus sindicatos debilitou-se ainda mais a regulação pública dos mercados e da concorrência.

## 2.2 – Mercado de Trabalho e Desenvolvimento Econômico nos anos 90

A década de 90 iniciou-se com uma nova e muito pronunciada oscilação no nível de atividade da economia brasileira, refletindo sobretudo no desempenho da produção industrial. Essa década se traduz na retração da atividade econômica brasileira, cujo impacto dessa recessão sobre o mercado de trabalho foi violento e se manifestou na queda do emprego industrial.

A abertura comercial indiscriminada, a ausência de políticas industriais e agrícolas, a sobrevalorização do Real e os elevados juros introduziram um freio ao crescimento do conjunto da economia (tanto ao setor industrial, como ao setor de serviços e agricultura) e uma clara desvantagem da produção doméstica diante da concorrência internacional, ao longo dos anos que conformaram o primeiro governo FHC (1995 a 1998). A reação das empresas, dada a menor competitividade frente aos concorrentes externos, foi imediata: aceleração da terceirização de atividades, abandono de linhas de produção, fechamento de plantas, racionalização da produção, importação de máquinas e equipamentos, busca de parcerias, fusões ou transferências de controle acionário, redução de custos, especialmente da mão-de-obra.

Brasil: Taxa Média Anual de Crescimento da Produção Industrial

1980/1997

| <b>Discriminação</b>              | <b>1980/1989</b> | <b>1990/1993</b> | <b>1994/1996</b> | <b>1990/1996</b> | <b>1997</b> |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------|
| <b>Indústria Geral</b>            | 1,10             | 0,38             | 3,56             | 1,91             | 3,9         |
| <b>Indústria de Transformação</b> | 0,88             | 0,32             | 3,39             | 1,84             | 3,6         |
| <b>Indústria Extrativa</b>        | 7,29             | 0,77             | 4,89             | 2,81             | 7,3         |
| <b>Bens de Capital</b>            | -1,92            | 0,21             | 0,08             | 0,14             | 4,7         |
| <b>Bens Intermediários</b>        | 1,66             | 0,23             | 2,93             | 1,57             | 4,6         |
| <b>Bens de Consumo</b>            | 1,60             | 2,07             | 5,03             | 3,54             | 1,2         |
| <b>Duráveis</b>                   | 0,09             | 5,55             | 12,72            | 9,08             | 2,9         |
| <b>Não-duráveis</b>               | 1,90             | 1,44             | 3,13             | 2,28             | 0,7         |

Fonte: IBGE. Elaboração NEIT/IE/UNICAMP

O desempenho industrial do período foi extremamente baixo. Apesar da indústria produtora de bens de consumo duráveis ter tido um crescimento considerável durante os anos de recuperação da atividade econômica, no período de retração da economia, esse setor foi o que apresentou a queda mais pronunciada. Foi nesse setor que se concentrou a maior parte do crescimento da produção e do investimento e a maior queda no período de retração.

Nos anos 80, a política de proteção ao mercado interno permitiu um modo particular de adaptação das maiores empresas frente a uma redução da demanda interna por seus produtos, provocada pela recessão. Foi possível repassar os aumentos de custos decorrentes da queda das vendas no mercado interno aos preços e, ao mesmo tempo, redirecionar parte da produção para o mercado externo, estimulados por incentivos à exportação. Os investimentos de modernização e, particularmente, os aperfeiçoamentos introduzidos na gestão das empresas aceleraram-se no início da década de 90, num momento de recessão

que coincide com uma tendência à diminuição no grau de proteção à produção industrial nacional. O governo implementou uma política de redução das tarifas alfandegárias e de eliminação das restrições administrativas às importações.

As empresas brasileiras foram obrigadas, então, a passar por um processo de modernização e reestruturação, processo esse que tem permitido às empresas líderes incrementar a participação relativa nos mercados em que atuam e manter um nível tecnológico e organizacional minimamente comparável aos padrões internacionais. O investimento das grandes empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras, foi orientado para racionalização produtiva e centralização do capital. A maioria dos investimentos externos foram destinados a portfólios. A pequena expansão do Investimento Direto do Exterior (IDE) não refletiu-se com a mesma intensidade nas taxas de investimento, sendo destinados à compra ou fusão de empresas, sem implicar na ampliação da capacidade produtiva instalada. Boa parte desse IDE, destinou-se às privatizações das empresas estatais que absorveu parte dos recursos externos não estimulado pela especulação financeira (Laplane, Sarti;1999).

O problema consiste que em muitos desses ramos da produção industrial, uma parcela não desprezível da produção e outra ainda maior do emprego são de responsabilidade de empresas que pouco tem investido em modernização dos produtos, processos ou da própria gestão. Desta forma, a modernização tem sido relativamente restrita e localizada, tendo ampliado, assim, a heterogeneidade intra e inter-setorial do aparelho produtivo e, também, aumentado o grau de concentração dos mercados e da própria estrutura industrial como um todo. A política cambial dependente da sobrevalorização da moeda nacional produziu uma concorrência desfavorável às empresas estabelecidas no país.

Essa combinação de políticas provocou um aumento sem precedentes das importações entre 1994 e 1995. As importações saltaram de um pouco mais de US\$25 bilhões para algo em torno de US\$50 bilhões, o que significa um aumento de quase 100% em dois anos (Mattoso, Pochmann;1998). A partir de 1995 o saldo comercial da balança de pagamentos brasileira passou a ser deficitário.

**Balança Comercial – FOB – Saldo – Anual**  
**1990-1997**

| <b>Período</b> | <b>Balança Comercial (FOB) - Saldo</b> |
|----------------|----------------------------------------|
| <b>1990</b>    | 10.753,00                              |
| <b>1991</b>    | 10.579,00                              |
| <b>1992</b>    | 15.308,00                              |
| <b>1993</b>    | 13.299,00                              |
| <b>1994</b>    | 10.466,00                              |
| <b>1995</b>    | -3.351,00                              |
| <b>1996</b>    | -5.599,00                              |
| <b>1997</b>    | -6.748,00                              |

**Fonte:**Banco Central do Brasil, Boletim, Seção Balanço de Pagamentos (BCB/Boletim BP novo).

**Unidade:** US\$ (milhões)

As exportações quase não progrediram e as importações aumentaram consideravelmente, sendo que se passou a exportar menos produtos manufaturados e a importar mais mercadorias.

Essa invasão de importados veio causando um intenso processo de desindustrialização através da redução do valor agregado nas principais e mais complexas cadeias industriais, substituição de parcelas da produção doméstica de bens finais por importados e supressão da produção de alguns ramos de atividade econômica.

Ocorreu uma desintegração da estrutura da produção realizada no país. A importação de componentes desmobilizou cadeias de produção, diminuindo a densidade da atividade industrial.

As empresas em diversos segmentos industriais passaram por ajustes produtivos, patrimoniais e financeiros importantes. Estes ajustes se caracterizaram em geral por uma crescente focalização das atividades com perda de parte das relações inter e intra-setoriais, o que acaba comprometendo o funcionamento do setor industrial como sistema e, por decorrência, sua capacidade de geração de empregos. Desta forma, o que pode ser denominado maior eficiência das empresas, não se traduz necessariamente na preservação

de um sistema industrial com maior grau de modernização. Observa-se uma reorganização produtiva que provocou um progressivo ajuste da estrutura industrial, no sentido de torná-la cada vez mais desarticulada e fragmentada internamente.

No início da década de 90, a economia brasileira entrou em recessão e a sua recuperação deu-se através dos bens de consumo duráveis, porém os efeitos dinâmicos dessa recuperação sobre as rendas e o emprego foram transferidos ao exterior, através basicamente da importação dos componentes.

Exportação e Importação – Bens de Consumo Duráveis (FOB) – Anual  
1990-1997

| Período | Exportações | Importações |
|---------|-------------|-------------|
| 1990    | 1.491,00    | 257,00      |
| 1991    | 1.384,00    | 369,00      |
| 1992    | 2.277,00    | 508,00      |
| 1993    | 2.040,00    | 1.098,00    |
| 1994    | 1.980,00    | 2.208,00    |
| 1995    | 1.907,00    | 4.602,00    |
| 1996    | 1.975,00    | 2.710,00    |
| 1997    | 2.840,00    | 3.895,00    |

Fonte: Fundação Centro d Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX)  
 Unidade: US\$ (milhões)  
 Comentário: Valor FOB das exportações e importações do Setor de Bens de Consumo duráveis US\$ milhões  
 Fonte : Funcex.

O intenso aumento das vendas de bens duráveis de consumo no mercado doméstico, fez parte do início de uma profunda reestruturação da produção que permitiu atualizar um mercado que esteve estagnado ao longo de toda a década de 80. A produção final desses bens duráveis foi racionalizada, a rede de fornecedores reorganizou-se e importaram-se componentes mais caros e sofisticados. Consequentemente, aperfeiçoou-se a qualidade dos produtos e diminuíram seus preços relativos.

No entanto, a recuperação da atividade econômica entre 1992 e 1995 tem peculiaridades que a diferenciam da recuperação verificada entre os anos de 1968 e 1970, que também esteve baseada no aumento das vendas de bens de consumo duráveis. Na recuperação da primeira metade dos anos 90, os efeitos intra-industriais ao aumento da produção de bens de consumo duráveis foram muito menores que os da recuperação da década de 60, como indicam os aumentos bem menos expressivos do emprego e do valor agregado do setor industrial como um todo.

O escasso dinamismo intra-industrial do aumento das vendas dos bens de consumo duráveis refletiu-se na limitada geração de oportunidades de emprego formal, tanto na indústria de transformação, como em outros setores de atividade. No conjunto da indústria de transformação o emprego formal, que tinha diminuído 15% na recessão, praticamente não aumentou com o retorno em 1995 da produção industrial global ao nível de 1989.

Comparando também as recessões de 1980-1983 e a de 1990-1992 vemos que em ambas, a produção de bens de consumo não-duráveis foi a que menos diminuiu e, o maior declínio aconteceu com a produção de bens de capital que, no entanto, foi muito maior na recessão dos anos 80 que na dos anos 90, refletindo o fato da Segunda recessão ter por ponto de partida uma economia já em estagnação. Houve também uma maior queda da produção de bens duráveis de consumo na década de 80, ocorrendo o contrário com os bens de consumo não-duráveis que diminuíram mais fortemente nos anos 90.

A produção de bens de consumo duráveis tornou-se muito superior ao nível prévio à recessão de 1990-1992, enquanto a produção desses bens em 1986, apenas retornou ao nível de 1980, ocorrendo exatamente o contrário com a produção de bens intermediários.

Na recuperação dos anos 80, o aumento das exportações de bens intermediários foi que ajudou a recuperar a economia. Nos anos 90, a produção e venda, no país e no exterior, de bens de consumo duráveis teve um papel extremamente importante na recuperação do nível de atividade econômica. A produção de bens de consumo duráveis aumentou, em média, durante a década de 90, 19% ao ano. Bens intermediários, bens de capital e bens de consumo não-duráveis tiveram a produção aumentada muito lentamente.

Produção Industrial – Bens de Consumo Duráveis e Bens Intermediários – quantum  
1990-1997

| <b>Período</b> | <b>Produção Industrial-Bens<br/>de Consumo Duráveis</b> | <b>Produção Industrial-Bens<br/>Intermediários</b> |
|----------------|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| <b>1990</b>    | 1.146,60                                                | 1.227,65                                           |
| <b>1991</b>    | 1.200,00                                                | 1.200,00                                           |
| <b>1992</b>    | 1.043,75                                                | 1.170,66                                           |
| <b>1993</b>    | 1.347,54                                                | 1.234,72                                           |
| <b>1994</b>    | 1.551,30                                                | 1.315,33                                           |
| <b>1995</b>    | 1.775,97                                                | 1.318,14                                           |
| <b>1996</b>    | 1.975,15                                                | 1.356,31                                           |
| <b>1997</b>    | 2.044,17                                                | 1.418,71                                           |

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal – Produção Física (IBGE – PIM – PF)

O emprego industrial diminuiu juntamente com a produção, entre os anos de 1989 e 1992, permanecendo praticamente constante no baixo nível atingido em 1992, apesar da intensidade do aumento da produção industrial entre 1993 e 1995. Esse fato é uma novidade para a economia nacional, pois na recuperação da produção na década de 80, a indústria gerou um número maior de empregos do que os que foram eliminados durante a recessão.

O fato do emprego industrial não aumentar juntamente com a produção tem relação com o começo de uma reestruturação da indústria, que se nota na incorporação de equipamentos e matéria-prima, na mudança da forma de organizar e gerenciar a produção e o trabalho e, no novo inter-relacionamento das empresas que conformaram as diversas cadeias produtivas. A terceirização de atividades de serviços, antes realizadas pela empresas industriais, e a importação de bens intermediários permitiram aumentar a produção de uso final com uma ínfima geração de empregos nas empresas industriais.

Muitos fornecedores não conseguiram absorver a pressão pelo rebaixamento de seus preços e/ou a competição em qualidade dos produtos importados. Com isso, houve um aumento das importações de bens intermediários que, em conjunto com a concorrência de bens finais importados, são uma importante explicação do escasso aumento do emprego industrial apesar da recuperação da economia.

A abertura indiscriminada da economia à competição internacional, a valorização do Real e a redução de investimentos econômicos e sociais por parte do Estado tiveram impactos negativos sobre o mercado de trabalho, e estes foram bem além do âmbito restrito da produção industrial e atingiram a totalidade da economia. A nova orientação política mostrou-se muito mais eficaz na destruição da estrutura da produção e emprego preexistentes do que na construção de uma nova realidade.

O processo de reorganização conjugado à recessão resultou numa diminuição do emprego industrial, desproporcional comparativamente à do nível de produção. A produção industrial diminuiu 14% entre 1990 e 1992, enquanto o emprego na indústria diminuiu cerca de 20%. A participação do emprego industrial no emprego não-agrícola das principais seis metrópoles brasileiras caiu de 24.6% em 1990 para 20.6% em 1992 e não voltou a se recuperar com a recuperação da economia (Baltar, Proni;1996).

Como foi visto anteriormente, o mercado de trabalho dos anos 90 apresentou uma tendência à maior polarização de um mercado já antes heterogêneo. A utilização cada vez mais freqüente da sub-contratação de serviços em substituição à contratação direta de mão-de-obra para executar certas atividades, tende a reduzir o estoque de empregos estáveis. Por outro lado, observa-se uma tendência no sentido da flexibilização da jornada de trabalho, o que permitiria à empresa otimizar o uso do estoque mínimo de empregados estáveis, contribuindo para reduzir sua dimensão de acordo com o nível de produção.

Ao internalizar inovações tecnológicas e organizacionais que são efetivamente, redutoras de mão-de-obra, e sem possibilidades de reduzir custos externos e expandir a produção dadas as restrições à demanda no mercado interno e às exportações, para as empresas não havia outra saída a não ser as pesadas demissões. Outra medida redutora de custos, como foi visto, adotada pelas empresas foi a de externalizar parcelas da produção ou de atividades de apoio conjuntamente com alguns de seus efeitos deletérios. As empresas buscaram quaisquer mecanismos capazes de assegurar a competitividade

ameaçada pela abertura comercial indiscriminada, pela ausência de mecanismos protetores, pela sobrevalorização cambial e pelos elevados juros.

Uma modernização sem crescimento e em meio a uma desintegração do aparelho produtivo nacional, passou a agravar os problemas decorrentes da escassez de oportunidades de emprego formal, num mercado de trabalho que já deixava de fora uma parcela expressiva da população e se caracterizava pelos baixos salários e elevada rotatividade da mão-de-obra. Sem aumentos expressivos da produção, esses melhoramentos resultam em diminuição da demanda de mão-de-obra, agravando o problema do desemprego.

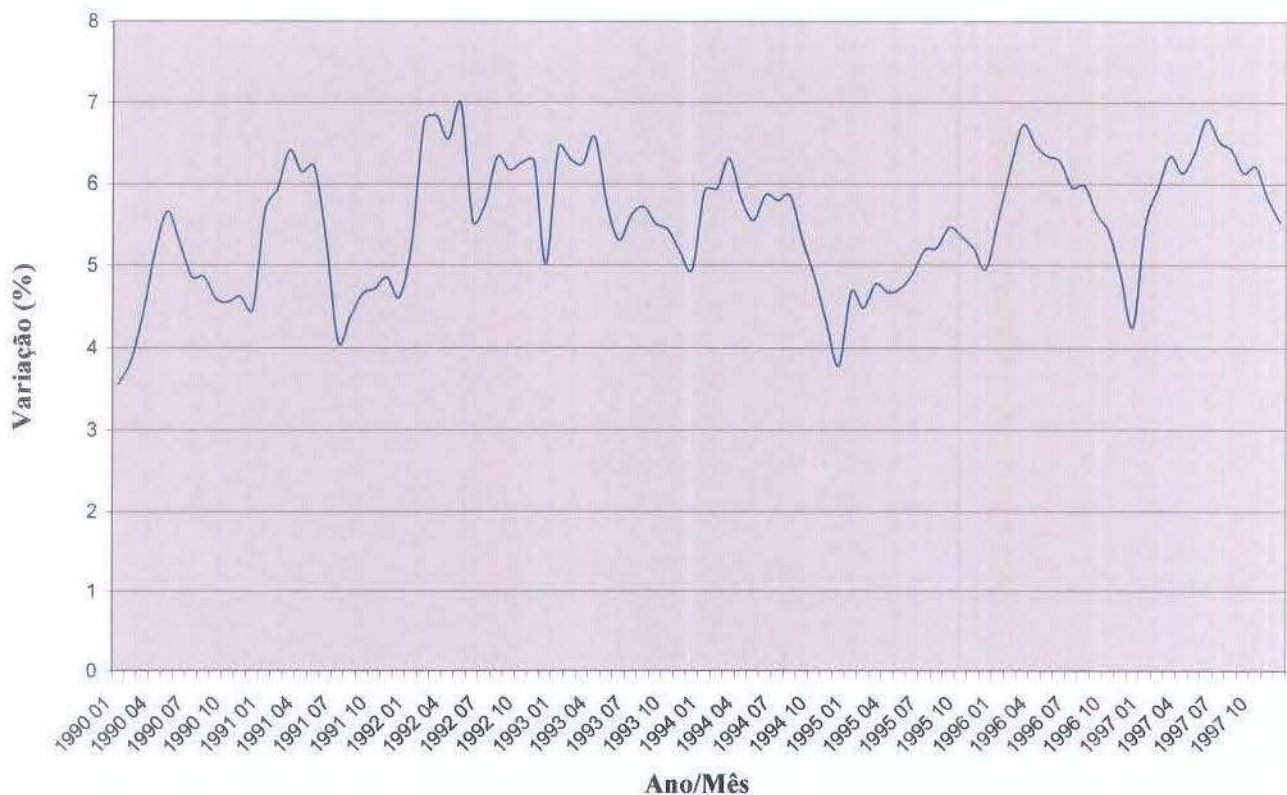
Na década de 90, os efeitos da abertura nas condições em que foi realizada, no sentido de eliminar empregos formais e dificultar a continuidade de um elevado ritmo de atividade econômica, tende a tornar o desemprego aberto um grave problema estrutural. A PEA continuou aumentando, enquanto permaneceu baixo ou em declínio o nível global de emprego formal, acarretando numa tendência ao desemprego.

O aumento do desemprego, tanto aberto como oculto, pelo trabalho precário e pelo desalento, foi uma constante nos anos 90. Ao final do primeiro mandato FHC foram contabilizadas a queima de 897.000 postos de trabalho formais (Mattoso; 1999). Apesar desse aumento do desemprego, a ocupação continuou aumentando, especialmente em atividades de comércio e prestação de serviços.

A estagnação da economia em conjunto com o tipo de reordenamento da produção industrial que ocorreu durante a década de 90, foram os principais determinantes da ausência de crescimento do emprego assalariado formal. A ausência de emprego formal, que se superpõe a suas limitações estruturais, transformou-se na nova dimensão do problema do emprego no país.

Taxa de Desemprego Aberto(%) – Anos 90 – referência: RMs  
Brasil

Taxa de Desemprego Aberto (%) Anos 90



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE/PME)

**Comentário:** Regiões metropolitanas (RMs) - Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Refere-se a pessoas com 15 anos ou mais de idade.

Nesses termos, o problema atual da economia brasileira não é exatamente apenas a queda do nível de emprego formal, mas o fato dessa redução decorrer de ampla racionalização da economia formal, submetida a uma competição internacional aberta, em condições de desvantagem, sem os apoios institucionais necessários para reagir de modo mais positivo e menos defensivo, a ponto de ser capaz de deflagrar um desenvolvimento

mais substancial que permitiria repor os empregos formais eliminados e gerar um aumento global de renda que ampliaria as oportunidades de renda não-formal.

A insuficiência dos empregos formais não decorre do não aproveitamento pelas empresas das oportunidades de produzir e vender, nem de uma seleção demasiado rigorosa dos muitos candidatos às vagas escassa, mas sim do lento aumento dessas oportunidades de produzir e vender, reflexo do pálido desenvolvimento da economia nacional. As empresas não relutam em contratar devido à facilidade em dispensar os empregados, aproveitando todas as oportunidades para produzir e vender.

O padrão de desenvolvimento pós-30, fundado no processo de industrialização e em condições políticas muito particulares, gerou uma sociedade heterogênea, onde a pobreza e a exclusão social eram frutos do não enfrentamento do problema agrário e da reprodução de uma força de trabalho mal remunerada. A crise daquele modelo de desenvolvimento e, mais recentemente, das políticas liberais adotadas, tem feito emergir uma nova forma de pobreza, que tem como foco a expulsão de massa de trabalhadores dos segmentos industriais e não-industriais urbanos mais estruturados. A recuperação econômica de 1995 e seus parcos efeitos positivos sobre a estrutura e o nível de emprego sinalizam essa nova dinâmica entre nível de atividade econômica e mercado de trabalho. Está ocorrendo a proliferação de novas formas de exclusão no mercado de trabalho associadas ao desemprego de mais longa duração, aberto ou vinculado à trabalhos precários.

A ocupação não-formal não deve ser visualizada como uma alternativa à expansão do emprego formal. Para a ocupação não-formal oferecer perspectivas de rendimento adequado para uma vida digna nas cidades, é preciso uma economia formal de forma dinâmica que seja capaz de aumentar, sistematicamente e intensamente, o nível de renda do conjunto da população.

Os principais problemas verificados, então, no mercado de trabalho brasileiro da década de 90 foram a desestruturação do mercado de trabalho e o desemprego estrutural. A desestruturação do mercado de trabalho se deu devido ao aumento das taxas de desemprego aberto, ao desassalariamento e a geração insuficiente de postos de trabalho (devido ao maior aumento da PEA do que a geração de postos de trabalho e à destruição de postos de trabalho com carteira assinada).

O desemprego só não foi maior no período analisado, porque ocorreu um aumento do emprego por conta própria e sem carteira. Observou-se uma continuidade do processo terceirização, expansão dos serviços urbanos e crescente informalização e precarização das condições e relações de trabalho. Desta forma, o que ocorreu na década de 90 foi a diminuição da participação dos assalariados, conformando o processo de desassalariamento, com ampliação das condições de trabalho, onde prevalecem situações sem contribuição à Previdência, portanto sem acesso à aposentadoria e à saúde pública. (Mattoso; 1999)

Os anos 90 são mais que perdidos. Na década de 90, conformou-se um extraordinário processo regressivo das estruturas da produção e do emprego nacional, sem que tampouco se constituísse um novo projeto nacional.

### **Capítulo 3 – Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no Período 1990-1997.**

A RMSP, que abrange uma parcela substancial da atividade econômica do país, sofreu mais que qualquer outra aglomeração urbana os efeitos da crise do desenvolvimento nacional.

Os efeitos devastadores das mudanças provocadas pela abertura econômica foram certamente mais graves sobre o núcleo da estrutura industrial brasileira, que se localiza justamente na área metropolitana do Estado de São Paulo, tendendo a gerar um desemprego em maior dimensão.

A evolução do nível e estrutura do emprego e dos rendimentos do trabalho na RMSP proporcionou uma ilustração talvez algo mais dramática que a dos contornos globais da crise do emprego urbano no Brasil.

O aumento do desemprego na RMSP constituiu-se num dos sintomas mais evidentes do agravamento da crise do emprego urbano na década de 90. A partir de 1990, o desemprego passou a se elevar conformando um contingente expressivo de pessoas excluídas da população ocupada, refletindo o declínio da capacidade da geração de emprego e renda da economia brasileira.

A recessão de 1990-1992 elevou a taxa de desemprego na RMSP de uma média mensal de 8,8%, em 1989, para 14,9%, em 1992. A atividade econômica aumentou ao longo do ano eleitoral de 1989, de modo que a maior taxa de desemprego deste ano tenha sido 10,5% em março, enquanto em 1992, o maior desemprego verificou-se nos meses de junho a julho, quando atingiu 16,2% da PEA. (Baltar; 1998)

Como já foi dito anteriormente, a força da recuperação econômica depois da recessão do início da década não foi suficiente para fazer regredir o desemprego para o nível prévio a recessão. Mesmo decrescendo por três anos consecutivos, a taxa de desemprego permanecia, em 1995, em nível muito superior ao registrado no período prévio à recessão. Quando comparado o ano de 1995 ao ano de 1989, percebe-se que a taxa de

desemprego total cresceu 51,7%, indicando estar ainda distante a completa reversão do quadro adverso gerado pela crise dos anos 1990/1992 (Montagner, Brandão; 1996).

Ao analisar o patamar da taxa de desemprego em 1995, também chama a atenção a lentidão da queda no período 1993-1995, principalmente, quando contraposto à velocidade de elevação de seu nível no triênio anterior, parecendo reforçar a hipótese de ter havido uma diminuição relativa na capacidade do mercado de trabalho regional de atender à demanda por postos de trabalho, em função dos movimentos de reorganização produtiva e organizacional, especialmente no caso das atividades industriais.

Além disso, a economia brasileira está muito exposta às contingências da instável situação financeira internacional. A crise mexicana em 1995, por exemplo, levou o governo brasileiro a conter a atividade econômica e, desde meados daquele ano, a taxa de desemprego voltou a aumentar, notando-se que em apenas um ano de simples contração da atividade, sem uma recessão comparável à de 1990-1992, a taxa de desemprego da RMSP voltou aos 16,2% de junho de 1992, em junho de 1996. O governo, então, relaxou as medidas de contenção da economia e a taxa de desemprego ficou mais baixa no segundo semestre de 1996 e início de 1997. Mas, nova crise financeira internacional, desta vez na Ásia, fez o governo brasileiro conter novamente a atividade econômica e o desemprego aumentou imediatamente, alcançando 16,6% em dezembro de 1997 (Baltar;1998).

**Taxas de Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo**

| <b>Meses</b>     | <b>1989</b> | <b>1990</b> | <b>1991</b> | <b>1992</b> | <b>1993</b> | <b>1994</b> | <b>1995</b> | <b>1996</b> | <b>1997</b> | <b>1998</b> |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Janeiro</b>   | 8,9         | 6,9         | 9,9         | 11,3        | 14,2        | 13,6        | 12,1        | 13,1        | 13,9        | 16,6        |
| <b>Fevereiro</b> | 9,7         | 8,1         | 11,1        | 13,1        | 15,0        | 14,1        | 12,9        | 13,8        | 14,2        | 17,2        |
| <b>Março</b>     | 10,5        | 9,3         | 12,3        | 14,6        | 15,8        | 14,9        | 13,2        | 15,0        | 15,0        | 18,1        |
| <b>Abril</b>     | 10,3        | 10,6        | 13,1        | 15,5        | 16,1        | 15,3        | 13,5        | 15,9        | 15,9        | 18,9        |
| <b>Maio</b>      | 10,1        | 11,6        | 13,3        | 16,1        | 15,9        | 15,4        | 13,4        | 16,1        | 16,0        |             |
| <b>Junho</b>     | 6,7         | 12,1        | 13,0        | 16,2        | 15,4        | 15,2        | 13,2        | 16,2        | 16,0        |             |
| <b>Julho</b>     | 9,5         | 11,9        | 12,5        | 16,2        | 14,8        | 14,5        | 13,1        | 15,7        | 15,7        |             |
| <b>Agosto</b>    | 8,4         | 11,1        | 11,9        | 16,1        | 14,3        | 14,4        | 12,9        | 15,5        | 15,9        |             |
| <b>Setembro</b>  | 7,9         | 10,2        | 11,0        | 15,5        | 14,0        | 14,1        | 13,3        | 14,8        | 16,3        |             |
| <b>Outubro</b>   | 7,3         | 9,6         | 10,7        | 15,5        | 13,8        | 14,3        | 13,4        | 14,8        | 16,5        |             |
| <b>Novembro</b>  | 7,0         | 9,4         | 10,2        | 14,6        | 13,5        | 13,2        | 13,7        | 14,5        | 16,6        |             |
| <b>Dezembro</b>  | 6,7         | 9,4         | 10,5        | 14,4        | 13,3        | 12,6        | 13,2        | 14,2        | 16,6        |             |

Fonte: SEADE/DIEESE.

A taxa de desemprego é composta por taxa de desemprego aberto mais taxa de desemprego oculto. No período 1990-1992, ambas apresentaram tendência ascendente, com a taxa de desemprego aberta crescendo 41,5% e a de desemprego oculto, 172,7% em relação a 1989. Em 1993, no entanto, o comportamento destas taxas diferenciou-se, com o desemprego aberto decrescendo, enquanto o oculto permanecia estável. Nos dois anos seguintes, 1994 e 1995, as diferenças acentuaram-se, pois a taxa de desemprego aberto voltou a se elevar, paralelamente, ao declínio da taxa de desemprego oculto (Montagner, Brandão; 1996). Já em 1996 e 1997, a taxa de desemprego aberto continuou crescendo pelo quarto ano consecutivo, passando de 10% em 1996, para 10,3%, em 1997, o patamar mais elevado desde 1985; e a taxa de desemprego oculto voltou a crescer, elevando-se de 5,1% em 1996, para 5,7%, em 1997. Esse comportamento da taxa de desemprego oculto, foi determinado tanto pelo crescimento da parcela de desempregados pelo trabalho precário, cuja taxa passou de 3,8% para 4,2%, quanto pelos desempregados por desalento, que passou de 1,3% para 1,5%, correspondendo a 361 mil e a 129 mil pessoas, respectivamente (DIEESE; 1998).

O desemprego é uma condição que compromete diretamente a sobrevivência do indivíduo e de sua família. Estar desempregado é uma condição que atinge a plenitude da cidadania. O desemprego adquire uma característica mais ampla do que a de condição de atividade, caracterizando-se como uma restrição a um direito, o de trabalhar.

O baixo percentual dos beneficiados pelo seguro-desemprego, por exemplo, parece refletir as restrições da legislação que o instituiu. Para habilitar-se ao seguro-desemprego a dispensa deve ser imotivada, o desempregado não pode ter outra renda própria e deve comprovar ter sido empregado com carteira de trabalho assinada nos últimos seis meses ou, no caso de autônomos, ter contribuído para a Previdência durante 15 meses no mínimo.

Para amplo segmento da população, a inclusão ou exclusão no sistema de benefícios sociais está diretamente vinculada não só ao exercício de um trabalho, mas à qualidade dessa inserção. Considerando-se que a legislação social avançada e universalizante da Constituição esbarrou no agravamento da crise econômica de 1990-1992 e, na ausência da regulamentação de determinadas disposições constitucionais.

Para os que não têm acesso ao trabalho, a condição de desempregado, além de interferir no exercício da cidadania, por ser a privação do direito de trabalho, encontra uma cobertura restrita, via seguro-desemprego.

O aumento do desemprego oculto durante a década de 90 pode ser explicado basicamente por três fatores significativos. Um deles é o aumento do desemprego aberto em contraposição aos critérios para acesso ao seguro-desemprego, fazendo com que parte expressiva dos trabalhadores que perdem o emprego não possa usufruir desse mecanismo de proteção social e, assim, não possa também se dedicar exclusivamente à busca de um novo posto de trabalho. O impedimento ao acesso ao seguro-desemprego é devido à grande parcela de não-assalariados da RMSP e à elevada rotatividade do trabalho, o que impede um contingente expressivo de trabalhadores de preencher os requisitos para a obtenção de tal benefício. Outro fator que contribuiu para o aumento do desemprego oculto foi a ampliação do tempo médio que os indivíduos ficam desempregados. O período necessário para a reinseção tornou-se muito maior à duração do seguro-desemprego. O terceiro e último fator é a interrupção da procura por trabalho por uma parcela da população ativa que, embora necessite trabalhar, não se considera apta a concorrer por um emprego.

O aumento da dificuldade de se obter ocupação pode ser medida através do tempo médio de procura por trabalho e é consequência do intenso processo de eliminação do postos de trabalho no período 1990-1992 e da lentidão e debilidade dos efeitos do aumento do nível de atividade sobre o nível de desemprego.

O tempo médio em desemprego é o período a partir do dia em que o indivíduo é demitido (ou necessita encerrar seu negócio) até o dia em que é readitimidado. Pode haver um intervalo de tempo entre a demissão e o início da procura por trabalho, interrupções na busca por trabalho por motivos pessoais ou desestímulo. Por isso, o tempo que o indivíduo encontra-se desempregado pode ser maior ao período em que procura por emprego, tornando a variável “tempo de desemprego” mais precisa do que a variável “tempo de procura”.

Entre 1985 e 1989, o tempo médio de desemprego apresentou tendências decrescentes, passando de 52 para 36 semanas. Após pequena redução em 1990, provavelmente, associada à saída dos desempregados do mercado de trabalho, o tempo médio em desemprego passou a crescer continuamente no período 1991-1994, apesar da

reversão do comportamento da taxa de desemprego no biênio 1993-1994. Em 1995, apresentou-se marcante decréscimo, porém não superou o patamar de 1992, ano em que a taxa de desemprego havia atingido seu ponto máximo (Montagner, Brandão, 1996). No ano de 1997, esse período encontrava-se no patamar de 69,5 semanas (DIEESE, 1998).

Parte dos desempregados, em função de se encontrar na situação de desemprego por muito tempo, vem sendo preterida continuamente nos processos de admissão por estar perdendo progressivamente as habilidades e qualificações requeridas para o preenchimento dos postos de trabalho.

Essa duração média do tempo de desemprego na RMSP, aponta para duas questões importantes: a duração insuficiente do seguro-desemprego e a conformação de segmentos específicos entre os desempregados.

Esses trabalhadores que perderam seus empregos e permaneceram desempregados, em geral, por um longo período de tempo freqüentemente obtém outro posto de trabalho cuja qualidade e remuneração são menores que as associadas ao posto de trabalho anterior. Alguns se retiram temporária ou permanentemente do mercado de trabalho e, no caso dos jovens, adiam seu ingresso nesse mercado.

Na década de 90 houve a incorporação de pessoas à PEA num ritmo menor que o crescimento da PIA. A taxa global de participação, que corresponde à proporção de ocupados e desempregados (PEA) no conjunto de pessoas com 10 anos e mais (PIA), passou de 58,6% ,em 1992, para 58,3%, em 1997 (Ferreira, Aquilini, 1999).

Um dos determinantes para a ampliação do desemprego na década de 90, associado aos efeitos da crise sobre as condições socioeconômicas das famílias, seria o movimento de ampliação da taxa de participação de alguns segmentos populacionais, mais especificamente, mulheres e cônjuges. A incorporação destes grupos à PEA, resultou em pressão adicional sobre o mercado de trabalho e, num período em que o ritmo de geração de postos de trabalho estava sofrendo forte redução, transformou-se em fonte adicional de elevação da taxa de desemprego.

A taxa de participação feminina, que corresponde à proporção de mulheres ocupadas e desempregadas no total de mulheres com dez anos e mais na RMSP, cresceu no período 1990-1997, mas não o suficiente para compensar a queda masculina.

A entrada de mulheres na PEA ocorreu principalmente para aquelas em idade adulta, uma vez que diminuíram as taxas de participação das jovens, entre 10 e 19 anos de idade, e das com idade igual e maior que 60 anos, embora em menor medida.

No caso dos homens, embora a queda da taxa de participação tenha sido verificada em quase todas as faixas etárias, foi mais intensa entre os jovens, de 10 a 24 anos de idade, e entre os mais idosos, com idade igual ou superior a 60 anos. Para aqueles na faixa etária adulta, entre 30 e 59 anos, a taxa de participação manteve-se relativamente estabilizada.

Em relação à faixa etária, o comportamento da taxa global de participação na RMSP, resultou na queda da participação de jovens e, em menor medida, de pessoas mais velhas. Tal redução, no entanto, foi parcialmente compensada pelo crescimento de atividades das mulheres em idade adulta (Ferreira, Aquilini, 1999).

Ocorre, então, o adiamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho e a antecipação da retirada das pessoas mais velhas, em simultâneo a um aflexo mais intenso das mulheres adultas a esse mercado.

O nível de ocupação cresceu a 1,4%aa, sendo que o crescimento da ocupação feminina (1,9%aa) foi mais intenso que o da masculina (1,1%aa), concentrado na população adulta (de 40 a 59 anos entre as mulheres e de 50 a 59 anos entre os homens) (DIEESE; 1998).

Houve uma redução da ocupação entre os mais jovens, na faixa etária de 10 a 14 anos para os homens e, de 10 a 24 anos para as mulheres. Para os homens de 25 a 49 anos houve um crescimento próximo à média, enquanto para as mulheres de 30 a 39 anos, o crescimento foi mais intenso. Para a população com mais de 60 anos, observou-se redução absoluta de seu contingente ocupado entre os homens e expansão próxima à média para as mulheres (Ferreira, Aquilini; 1999).

O deslocamento mais acentuado da curva de desemprego das mulheres, inclusive daquelas nas faixas etárias intermediárias, sugere que o forte ingresso de mulheres adultas na força de trabalho tenha provocado tal deslocamento, ainda que o número de ocupados tenha crescido no período.

Para os indivíduos nas faixas etárias extremas, o comportamento foi bastante diferente. Mesmo com a redução da taxa de participação, as taxas de desemprego ampliaram-se substancialmente. Pode-se supor, portanto, que as dificuldades para estes

segmentos populacionais permanecerem ou ingressarem no mercado de trabalho, têm sido crescentes, podendo ter induzido a sua saída do mercado de trabalho, refletida na queda de suas respectivas taxas de participação.

Embora venha se registrando o crescimento da taxa de desemprego entre os jovens, esta tem sido amortecida pela sua saída da PEA. Contudo, o adiamento do ingresso da população mais jovem no mercado de trabalho deve significar que no futuro, isto é, quando esses jovens atingirem uma faixa etária mais avançada, ocorrerá um aumento importante do número de novos ingressantes nesse mercado, o que torna relevante a discussão do tema do primeiro emprego, ou da transição da escola para o trabalho e das qualificações profissionais desta parcela da população.

No caso da população com idade mais avançada, notou-se uma redução da taxa de atividade e crescimento da taxa de desemprego aberto para ambos os sexos. O nível ocupacional vem declinando entre os homens, mas aumentando para as mulheres nesta faixa etária.

Pode-se admitir que as pessoas mais idosas tenham maiores dificuldades para se manter em seus empregos, diante das mudanças nos conteúdos das tarefas executadas e das novas exigências de qualificação profissional decorrentes da reestruturação produtiva. O crescimento das taxas de desemprego deste segmento populacional indica as maiores dificuldades na obtenção de um novo emprego, podendo ter como implicação a antecipação de sua retirada do mercado de trabalho.

A redução da taxa de participação do segmento populacional mais idoso significou uma redução da pressão sobre o mercado de trabalho e, em princípio, a abertura de novas oportunidades de trabalho a outros indivíduos.

Além de ter aumentado o número de concorrentes para um posto de trabalho, alteraram-se algumas das características dos desempregados da região, ampliando-se a participação de indivíduos adultos, com maior responsabilidade para o orçamento familiar (chefes e cônjuges) e, em geral, com alguma experiência anterior de trabalho. Os chefes de domicílios com alguma experiência anterior de trabalho tiveram sua participação elevada no total de desempregados de 23,5%, em 1989, para 29,1%, em 1997.

Outra característica permanente do mercado de trabalho da RMSP durante a década de 90 foi a alta rotatividade ocupacional. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego

(PED) da fundação SEADE/DIEESE, realizada entre abril e dezembro de 1997, 58% dos ocupados indicaram ter mudado de emprego pelo menos uma vez entre 1990 e 1997. Essa proporção equivale a cerca do dobro dos que mantiveram a mesma ocupação no período (28%) (Baltar; 1998).

Segundo o nível educacional, as dificuldades de permanecer no mesmo posto de trabalho são maiores para os indivíduos inseridos em ocupações que demandam menor escolaridade.

A proporção de ocupados que permaneceram no mesmo emprego atuava em ocupações de nível superior e médio, o que corresponde a 43% do total de ocupados nesta condição. Embora menor, é expressiva a proporção daqueles inseridos em ocupações de nível fundamental (26%) que se mantiveram no mesmo posto de trabalho. Entre as ocupações com nível inferior ao fundamental, que respondem por pouco mais de 30% dos ocupados que puderam manter seu emprego, destaca-se o fato de cerca da metade encontrar-se em ocupações com sete anos de escolaridade média, sendo decrescente a participação daqueles de menor escolaridade. A rotatividade dos trabalhadores inseridos nos grupos de ocupação associados à menor qualificação é maior (Montagner, Watanabe; 1997).

Dentre aqueles com maior escolaridade, a possibilidade de reinserção em ocupações com escolaridade média superior, ainda que existente, tende a ser menos provável que a de incorporar-se em ocupações de mesmo tipo que a anterior ou naquelas que envolvem menor qualificação. Isto deve ser tanto mais verdadeiro, quanto maior o tempo de permanência em desemprego.

Nas ocupações que envolvem maior qualificação, verifica-se a presença mais acentuada de mulheres, ao contrário do que se observa nas ocupações com menor qualificação e que envolvem maior esforço físico, com exceção do emprego doméstico no qual as mulheres são maioria absoluta. Porém, independentemente, de sua maior escolaridade, os rendimentos médios pagos às mulheres são sistematicamente inferiores aos encontrados entre os homens de escolaridade idêntica ou nos mesmos grupos ocupacionais.

O mercado de trabalho brasileiro e da RMSP são extremamente heterogêneos e flexíveis, como visto nos capítulos anteriores. Essa característica permite que a rotatividade seja importante estratégia de rebaixamento dos custos do trabalho. Fluxos entre ocupação,

desemprego e inatividade são muito freqüentes e intensos, fazendo com que os efeitos das variações conjunturais no nível de emprego não se expressem somente na taxa de desemprego, o que dificulta a identificação dos impactos das transformações em curso sobre o perfil dos desempregados.

O lento aumento da ocupação na RMSP entre 1989 e 1992, teve por causa principal uma queda no número absoluto de pessoas ocupadas em todos os ramos da indústria. A redução relativa da ocupação no conjunto desses ramos de atividade durante a recessão, afetou 450 mil pessoas e respondeu pelo equivalente a 80% do aumento do desemprego na RMSP (Baltar;1996).

**Distribuição dos Ocupados em Atividades Não-Agrícolas, segundo Setor de Atividade Econômica**

Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Interior – 1992-1997

| Setores de Atividade              | Estado de São Paulo |              | Região Metropolitana |              | Interior     |              |
|-----------------------------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|
|                                   | 1992                | 1997         | 1992                 | 1997         | 1992         | 1997         |
| <b>Total(1)</b>                   | <b>100,0</b>        | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>         | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |
| <b>Indústria de Transformação</b> | 24,4                | 21,0         | 26,5                 | 22,4         | 22,2         | 19,5         |
| <b>Construção Civil</b>           | 8,2                 | 7,8          | 7,3                  | 6,7          | 9,1          | 8,9          |
| <b>Comércio</b>                   | 14,7                | 15,9         | 14,9                 | 15,2         | 14,4         | 16,5         |
| <b>Serviços</b>                   | 47,4                | 51,5         | 45,3                 | 51,2         | 49,8         | 51,9         |
| <b>Outros(2)</b>                  | 5,3                 | 3,8          | 6,0                  | 4,4          | 4,6          | 3,2          |

Fonte: Fundação IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

(1) Exceto emprego agrícola.

(2) Incluem Outras Atividades Industriais.

Nos demais setores, a ocupação aumentou num ritmo intenso de quase 5%aa, entre 1989 e 1992, destacando-se os serviços de alimentação, o emprego doméstico remunerado, a educação, os serviços especializados e a saúde. Este aumento de ocupação no comércio e na prestação de serviços durante a recessão, embora tenha beneficiado cerca de 570 mil pessoas, permitiu absorção de somente 84% do aumento da população ativa e a parcela não absorvida correspondeu a 20% do aumento do desemprego (Baltar;1996).

O aumento da ocupação na RMSP acentuou-se com a recuperação da economia porque continuou intenso na prestação de serviços, ou mesmo acelerou-se como no

comércio, nas oficinas de reparação e manutenção, nos serviços especializados e na saúde. Diminuiu significativamente somente nas indústrias químicas e têxtil, na construção civil e nas entidades de crédito e financiamento. Não obstante, em praticamente todos os ramos da indústria de transformação, além da construção civil e das entidades de crédito e financiamento, a ocupação, em 1995, foi bastante menor que em 1989, fazendo perder o emprego cerca de 490 mil pessoas, o equivalente a 17,5% do emprego total naqueles setores em 1989.

Por esse motivo, a retomada do aumento da ocupação na RMSP, entre 1992 e 1995, não foi suficiente para impedir a existência de um considerável nível de desemprego em 1995, atingindo mais de um milhão de pessoas, ou 13,2% da população ativa. A diminuição do número de pessoas ocupadas na indústria correspondia a 76% do total de empregos eliminados na RMSP entre 1989 e 1995.

No biênio 1996-1997, a indústria de transformação foi o setor que mais eliminou vagas na RMSP. Em 1997, as demissões atingiram 107 mil trabalhadores, na maioria assalariados com carteira de trabalho assinada, resultando na queda de 6,6% do nível de ocupação. Naquele ano, o total de empregados no segmento industrial era de 1.516.000 pessoas (DIEESE; 1998).

No período 1992-1997, o comércio gerou quase 100 mil novos postos de trabalho, crescendo a 4,0%aa. Somente no ano de 1997, o setor de serviços gerou 140 mil novos postos, exclusivamente, no setor privado da economia, resultando num total de 3.630.000 ocupados na região. O crescimento de 4,0% do nível de ocupação nos serviços entre 1996 e 1997, resultou das contratações no ramo de oficinas (5,8%), serviços especializados (9,6%), de transporte (5,1%) e de alimentação (4,2%). No entanto, no biênio 1996-1997, ocorreram cortes nas áreas de educação (-3,9%) e saúde (-1,6%). No período 1990-1997, o setor de serviços foi responsável pela criação de 971 mil postos de trabalho, o que sustentou o nível de ocupação na RMSP (Ferreira, Aquilini; 1999).

No comércio, entre 1989 e 1997, o emprego cresceu 28,8%, o equivalente à criação de 274 mil novos postos de trabalho, embora no biênio 1996-1997, tenha se mantido praticamente inalterado, crescendo apenas 0,6%.

Na construção civil e nos serviços domésticos, identificaram-se comportamentos distintos do nível de ocupação em 1997. Enquanto o primeiro eliminou 20 mil vagas, o

segundo gerou 24 mil novos postos de trabalho. No período 1989-1997, criaram-se 213 mil ocupações no emprego doméstico e desapareceram 56 mil postos de trabalho na construção civil (DIEESE; 1998).

Como a indústria de transformação se destaca pela elevada participação dos empregos com carteira de trabalho, sua perda de capacidade de geração de empregos na década de 90, contribuiu para acentuar uma profunda modificação no perfil ocupacional dos residentes na RMSP. Houve um aumento na participação de trabalhadores por conta própria, dos empregadores e dos empregados no serviço doméstico remunerado, com a diminuição do peso do trabalho assalariado. Além disso, com o aumento da participação dos empregados sem carteira de trabalho, mudou-se a composição interna do trabalho assalariado.

No período 1989-1997, a PED registrou a criação de 779 mil postos de trabalho na RMSP. Esse crescimento, porém, resultou da contratação de assalariados sem carteira de trabalho assinada (273 mil postos de trabalho), de trabalhadores autônomos (475 mil), além de outras formas de inserção no mercado de trabalho, como empregadores, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração salarial (507 mil). Ao mesmo tempo, houve o corte de 413 mil assalariados com carteira de trabalho assinada e a dispensa de outros 32 mil trabalhadores do setor de público, indicando a crescente fragilização das relações de trabalho (DIEESE; 1998).

O emprego doméstico cresceu a 6,4%aa, entre 1989-1997, enquanto o número de trabalhadores por conta própria e o de empregadores cresceu 3,6%aa e 2,6%aa, respectivamente. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada reduziu-se à taxa média anual de 0,8%, enquanto o de empregados sem carteira de trabalho assinada cresceu 7,0%aa (Ferreira, Aquilini; 1999).

O aumento da ocupação nos serviços é uma das consequências da terceirização de atividades que não afetou somente a indústria, mas também, a própria prestação de serviços. Caso se estivesse assistindo a um movimento de grande modernização do setor terciário, com superação das suas características tradicionais de atraso e desestruturação, o aumento de sua importância não implicaria, necessariamente, na precarização das relações de trabalho. Porém, infelizmente, não é o que ocorre.

A “externalização” de parte das atividades antes realizadas pelas próprias empresas, faz parte da terceirização da mão-de-obra. Estas atividades “externalizadas” tendem a ser realizadas ou por trabalhadores subcontratados ou por empresas que, freqüentemente, não utilizam o trabalho assalariado ou o fazem através de contratos de trabalho não-regulamentados.

Distribuição dos ocupados em Atividades Não-Agrícolas, segundo Posição Ocupacional  
Estado de São Paulo, Região Metropolitana e Interior – 1992-1997

| Posição Ocupacional             | Estado de São Paulo |              | Região Metropolitana |              | Interior     |              |
|---------------------------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|
|                                 | 1992                | 1997         | 1992                 | 1997         | 1992         | 1997         |
| <b>Total(1)</b>                 | <b>100,0</b>        | <b>100,0</b> | <b>100,0</b>         | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> | <b>100,0</b> |
| <b>Empregados</b>               | 68,2                | 64,9         | 70,9                 | 67,9         | 65,3         | 62,0         |
| <b>Trabalhadores Domésticos</b> | 7,9                 | 8,9          | 6,0                  | 7,7          | 9,9          | 10,2         |
| <b>Conta-Própria</b>            | 16,9                | 18,6         | 16,5                 | 18,4         | 17,2         | 18,8         |
| <b>Empregadores</b>             | 4,3                 | 4,9          | 4,0                  | 4,2          | 4,7          | 5,6          |
| <b>Outros(2)</b>                | 2,7                 | 2,7          | 2,5                  | 1,9          | 2,9          | 3,4          |

Fonte: Fundação IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

(1) Exceto emprego agrícola.

(2) Incluem os trabalhadores não remunerados, os que trabalham na produção e na construção para o próprio consumo e uso e os sem declaração.

Do ponto de vista das características dos postos de trabalho gerados na RMSP no período 1990-1997, houve uma nítida redução dos empregos com contrato registrado em carteira de trabalho em contraste com a expansão dos empregos não registrados e da ocupação de trabalhadores domésticos e por conta própria, além de empregadores. Não parece desejável ou mesmo sustentável a continuidade desta trajetória, que possivelmente reflete muito mais a busca de alternativas individuais de sobrevivência diante da escassez de empregos do que uma eventual “modernização” das relações de trabalho no país.

A geração de empregos deve constituir um dos objetivos centrais da ação estatal, mas este não pode ser obtido às custas da degradação das relações de trabalho.

O último ponto referente ao mercado de trabalho na RMSP a ser abordado diz respeito ao rendimento do trabalhador. O rendimento médio de todas as posições na ocupação diminuiu muito entre 1989 e 1992. A queda foi desproporcionalmente maior no

caso do rendimento médio dos trabalhadores autônomos. As outras ocupações perderam, em média, não mais de 1/3 do poder de compra de seus rendimentos, enquanto a dimensão do rendimento médio dos autônomos, durante a recessão, foi de 50% (Baltar; 1998).

Com a recuperação da economia e a diminuição da inflação, o aumento do poder de compra dos rendimentos do trabalho foi muito mais intenso, destacando-se novamente os trabalhadores autônomos. A interrupção da recuperação da economia em 1995 não impediu que continuassem aumentando os rendimentos do trabalho, embora num ritmo bem menor que o verificado durante a recuperação. A exceção novamente é o trabalhador autônomo que têm rendimento médio muito sensível ao nível de atividade econômica. Os rendimentos destes trabalhadores são particularmente dispersos, proliferando ocupações autônomas de baixo rendimento quando diminui a atividade da economia e, aumentando fortemente os rendimentos dos autônomos, principalmente os melhores remunerados, quando a atividade econômica aumenta.

Rendimento Médio por Posição na Ocupação  
na Região Metropolitana de São Paulo

|                      | C/C privado<br>(reais) |       | Setor Público<br>(reais) |       | S/C privado<br>(reais) |       | Autônomo<br>(reais) |       |
|----------------------|------------------------|-------|--------------------------|-------|------------------------|-------|---------------------|-------|
| <b>1989</b>          | 1005                   |       | 1339                     |       | 451                    |       | 905                 |       |
| <b>1992</b>          | 730                    |       | 862                      |       | 317                    |       | 462                 |       |
| <b>1995</b>          | 862                    |       | 1093                     |       | 477                    |       | 774                 |       |
| <b>1997</b>          | 902                    |       | 1141                     |       | 522                    |       | 707                 |       |
| <b>1989</b>          | 100,0                  | -     | 100,0                    | -     | 100,0                  | -     | 100,0               | -     |
| <b>1992</b>          | 72,6                   | -27,4 | 64,4                     | -35,6 | 70,3                   | -29,7 | 51,0                | -49,0 |
| <b>1995</b>          | 85,8                   | 18,1  | 81,6                     | 26,8  | 105,8                  | 50,5  | 85,5                | 67,5  |
| <b>1997</b>          | 89,8                   | 4,6   | 85,2                     | 4,4   | 115,7                  | 9,4   | 78,1                | -8,6  |
|                      | <b>1989</b>            |       | <b>1992</b>              |       | <b>1995</b>            |       | <b>1997</b>         |       |
| <b>S/C Privado</b>   | 1,000                  |       | 1,000                    |       | 1,000                  |       | 1,000               |       |
| <b>Autônomo</b>      | 2,007                  |       | 1,457                    |       | 1,623                  |       | 1,354               |       |
| <b>C/C Privado</b>   | 2,228                  |       | 2,303                    |       | 1,807                  |       | 1,728               |       |
| <b>Setor Público</b> | 2,969                  |       | 2,719                    |       | 2,291                  |       | 2,186               |       |

Fonte: SEADE/DIEESE.

As mudanças diferenciadas no poder de compra dos rendimentos das diversas posições na ocupação, alterando significativamente as diferenças entre elas, em conjunto com as modificações nos pesos de cada uma delas na geração total de ocupações, repercutiram expressivamente no perfil da distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho. As posições de ocupações com menor rendimento aumentaram relativamente, tanto o rendimento médio, quanto o peso na ocupação total. No outro extremo de remuneração do trabalho, os empregadores também aumentaram relativamente de rendimento médio e de peso na ocupação total. Os autônomos, que estão presentes em todos os estratos de rendimento, aumentaram o peso da ocupação total e diminuíram o rendimento médio. O emprego formal, que forma a base das ocupações de rendimentos médio e alto, perderam posição relativa, tanto em termos de rendimento médio, quanto em peso na ocupação total.

Rendimentos dos Trabalhadores Industriais na Região Metropolitana de São Paulo, Brasil, 1990-2000

|             | <b>Rendimentos Mensais<br/>Trabalhadores da indústria<br/>(Índice 1989=100)</b> |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1990</b> | 85,76                                                                           |
| <b>1991</b> | n.a                                                                             |
| <b>1992</b> | 74,03                                                                           |
| <b>1993</b> | 82,05                                                                           |
| <b>1994</b> | 86,71                                                                           |
| <b>1995</b> | 88,61                                                                           |
| <b>1996</b> | 90,94                                                                           |
| <b>1997</b> | 92,67                                                                           |
| <b>1998</b> | 89,04                                                                           |
| <b>1999</b> | 82,05                                                                           |
| <b>2000</b> | 78,66                                                                           |

Fonte: DIEESE/SEADE.

Em conjunto, essas mudanças de ocupação e rendimento, deslocaram para a direita a totalidade da distribuição dos rendimentos do trabalho, provocando, ao mesmo tempo, uma maior concentração de pessoas ocupadas nas faixas de menor remuneração. Em consequência, as menores remunerações não são tão baixas como em 1989, ano de alta inflação. Porém, a média dos rendimentos do trabalho foi menor, em 1997, do que em

1989, acentuando-se a assimetria da distribuição e preservando-se as elevadas dispersões e desigualdades dos rendimentos (Baltar; 1998).

O equacionamento do desemprego tem, como pré-requisito, um maior ritmo de geração de postos de trabalho, o que depende de políticas mais amplas que as voltadas para o mercado de trabalho. A permanência do novo patamar das taxas de desemprego e o aprofundamento das alterações do perfil do contingente de desempregados dependerão, fundamentalmente, do ritmo que assumam os processos de reestruturação produtiva e de crescimento econômico, cuja regulação está subordinada ao modelo de desenvolvimento vigente, ultrapassando o âmbito das políticas destinadas a reformar o mercado de trabalho.

### 3.1 – As diferenças de conceituação entre as pesquisas de emprego da RMSP.

A pesquisa sistemática da situação do emprego e desemprego é pré-condição para a formulação, neste campo, de políticas e medidas mais abrangentes, ao nível do governo estadual, ainda que as orientações básicas referentes a uma política socioeconômica voltada para a questão do emprego extrapolem o seu nível de adesão.

Para superar algumas deficiências referentes à mensuração do emprego/desemprego na RMSP, foi implementado pela fundação SEADE juntamente com o DIEESE, um sistema permanente de pesquisa domiciliar sobre esta questão. Partindo-se, de um lado, das críticas às pesquisas tradicionais e, de outro, dos resultados alcançados pela pesquisa do DIEESE, chegaram a uma nova formulação dos tradicionais conceitos sobre condição de atividade, ou seja, de desemprego, emprego e inatividade.

Conceitos da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE):

- a) Procura por Trabalho – a procura por trabalho é restrita à procura efetiva no período de uma semana, não considerando a procura potencial. Ou seja, não considera aquela procura temporariamente paralisada por desestímulos advindos, principalmente, da retração do mercado de trabalho.
- b) Desempregados – pessoas de 15 anos e mais que, não tendo nenhuma ocupação, procuraram trabalho efetivamente nos últimos sete dias.

- c) Ocupados – indivíduos de 15 anos e mais que exerceram qualquer trabalho remunerado, independentemente da procura, regularidade, excepcionalidade e jornada. Inclui também as pessoas que exercem qualquer tipo de trabalho não-remunerado, com a única condição de exercerem uma jornada semanal de trabalho de 15 horas ou mais.
- d) Inativos – parcela residual das pessoas de 15 anos e mais que não procuraram trabalho nos últimos sete dias. São também classificadas nesta categoria, as pessoas que realizam algum trabalho não-remunerado com jornada de trabalho inferior a 15 horas semanais.

Conceitos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da fundação SEADE/DIEESE:

- a) Procura por Trabalho – alarga-se o período de referência de sete para trinta dias e considera-se a procura potencial de trabalho. Ou seja, considera-se a procura que em qualquer momento pode efetivar-se, desde que as condições do mercado de trabalho se tornem menos desestimulantes, permitindo captar o desemprego desalentado.
- b) Desempregados – conjunto de pessoas que se encontram na situação de desemprego aberto, de desemprego oculto, tanto pelo desalento, como pela realização de trabalhos precários, de acordo com seguintes critérios:
  - 1) Desemprego Aberto – pessoas de 10 anos e mais que não têm trabalho e que efetivamente procuraram emprego nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa;
  - 2) Desemprego Desalentado – pessoas de 10 anos e mais, sem trabalho, porém com disposição e disponibilidade para trabalhar. Não procuraram trabalho nos últimos 30 dias, devido às dificuldades do mercado de trabalho ou por motivos pessoais, mas o fizeram até 12 meses antes da pesquisa.
  - 3) Desempregado que realiza trabalho precário – pessoas de 10 anos e mais que, simultaneamente, à procura de trabalho, realizam trabalhos remunerados descontínuos e irregulares ou trabalhos não-remunerados de ajuda em negócio de parentes.

- c) Ocupados – pessoas de 10 anos e mais que possuem trabalho remunerado, exercido de forma regular, independente da procura de trabalho. Nesta categoria, inclui-se a parcela da população de 10 anos e mais que tem trabalho remunerado, exercido de forma irregular, ou trabalho não-remunerado de ajuda a negócio de parentes, desde que não tenha procurado emprego.
- d) Inativos – população de 10 anos e mais que não tem disponibilidade ou necessidade de trabalhar, encontrando-se em uma das seguintes situações: não tem trabalho e não procurou; trabalha de forma excepcional e não procurou trabalho; realiza atividades não remuneradas de caráter beneficente, estágio, etc e não procurou trabalho.

Distribuição dos Ocupados  
Que Realizaram Curso Complementar Para Vida Profissional,  
Segundo Principais Áreas de Formação  
Região Metropolitana de São Paulo  
Março a Novembro de 1997

(em porcentagem)

| Áreas de formação complementar                         | Tipos de Ocupação |          |       |             |                         |
|--------------------------------------------------------|-------------------|----------|-------|-------------|-------------------------|
|                                                        | Total             | Superior | Médio | fundamental | Inferior ao fundamental |
| Total(1)                                               | 100,0             | 100,0    | 100,0 | 100,0       | 100,0                   |
| Tratamento eletrônico da informação                    | 21,0              | 22,8     | 30,3  | 20,1        | 9,2                     |
| Secretariado e datilografia                            | 11,5              | (2)      | 11,5  | 13,2        | 12,7                    |
| Saúde, serviços paramédicos e sociais                  | 6,2               | 19,2     | 2,3   | 8,0         | 3,5                     |
| Formações literárias e lingüística                     | 5,5               | 12,2     | 8,8   | 3,4         | (2)                     |
| Mecânica geral                                         | 5,1               | (2)      | 2,0   | 6,5         | 9,6                     |
| Eletrônica, eletricidade e eletromecânica              | 4,5               | (2)      | 2,5   | 8,3         | 4,4                     |
| Técnicas administrativas e jurídicas                   | 4,3               | 12,3     | 7,0   | (2)         | (2)                     |
| Organização do trabalho, gestão e controle de produção | 3,9               | (2)      | 3,8   | 3,7         | 4,2                     |
| Comércio e distribuição                                | 3,7               | (2)      | 5,5   | 5,6         | (2)                     |
| Segurança e vigilância                                 | 3,6               | (2)      | 3,2   | (2)         | 9,1                     |
| Metalurgia e transformação de metais                   | 3,6               | (2)      | (2)   | 5,3         | 6,3                     |
| Serviços pessoais                                      | 3,4               | (2)      | (2)   | 7,6         | 3,6                     |
| Têxtil e vestuário                                     | 2,9               | (2)      | (2)   | (2)         | 7,7                     |
| Condutores de veículos terrestres                      | 2,5               | (2)      | (2)   | (2)         | 8,2                     |
| Ensino                                                 | 2,2               | (2)      | 5,1   | (2)         | (2)                     |
| Desenhistas                                            | 1,8               | (2)      | (2)   | (2)         | (2)                     |
| Informação, documentação e relações públicas           | 1,4               | (2)      | (2)   | 2,4         | (2)                     |
| Alimentação                                            | 1,4               | (2)      | (2)   | (2)         | 4,2                     |
| Topografia, edificações e engenharia                   | 1,3               | (2)      | (2)   | (2)         | 3,1                     |

Fonte: SEP. Convênio SEADE – DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Excluídos os sem declaração de curso ou de ocupação.

(2) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

## **Considerações Finais**

A abertura comercial indiscriminada juntamente com as altas taxas de juros e a sobrevalorização da moeda nacional provocaram consequências negativas para o mercado de trabalho nacional e da RMSP, traduzidas nas altas taxas de desemprego e na precarização das relações de trabalho.

As causas do problema do desemprego no país estão relacionadas à incapacidade de gerar emprego devido, principalmente, às restrições ao crescimento econômico. O baixo dinamismo econômico contribuiu para que não fossem criados novos postos de trabalho que compensassem os que estavam sendo destruídos. Além disso, a exposição da estrutura produtiva à competição internacional levou os empresários nacionais a adotarem políticas de proteção aos seus negócios. Essas medidas incluíram, em grande medida, processos de racionalização da mão-de-obra, eliminando postos de trabalho.

As indústrias nacionais, obrigadas a obter ganhos de produtividade, iniciaram um processo de redução de custos. Introduziram novos métodos de organização do trabalho que tinham o objetivo de diminuir custos referentes à produção, o que basicamente quer dizer, gastos com salários. O processo de reorganização produtiva, adotado devido à política econômica da década de 90, resultou em elevado nível de desemprego, principalmente no setor industrial. Essas novas formas de organização da produção e do trabalho foram resultados de uma estratégia defensiva das empresas nacionais frente às profundas mudanças de política econômica.

Entre as medidas adotadas para a redução de custos, destacam-se a subcontratação e a terceirização de atividades. Em muitas dessas novas formas de contratação, os trabalhadores perdem o vínculo formal de emprego e são absorvidos pelo mercado informal, caracterizando uma das formas de precarização das relações de trabalho.

A queda do nível formal de emprego no Brasil durante a década de 90 ocorreu de forma mais profunda no setor industrial. Os setores que mais geraram postos de trabalho foram os serviços e o comércio. Esses novos postos de trabalho gerados no setor terciário são, porém, de pior qualidade do que as ocupações do setor industrial, por apresentarem maior grau de informalidade e menores salários.

A elevação da escolaridade verificada nos trabalhadores do setor formal deve-se ao fato da alta taxa de desemprego incentivar a contratação de trabalhadores com um nível educacional maior que o exigido pelo posto de trabalho ocupado. A alta disponibilidade de trabalhadores com segundo grau completo e com nível superior fez com que as empresas prefiram esses empregados, mesmo que não seja necessário tal grau de escolaridade, uma vez que estes trabalhadores estão dispostos a serem contratados pelo salário determinado por quem o está contratando.

As ocupações que mais cresceram aparentam ter uma menor necessidade de qualificação e tendem a remunerar abaixo das ocupações que estão sendo destruídas. Portanto, o que está ocorrendo no Brasil é um processo de precarização das relações de trabalho, com destruição de empregos de melhores salários e qualidade para se gerar empregos de menor qualidade e salários.

Se o país pretende caminhar para uma estrutura produtiva moderna é necessário preparar os trabalhadores para isso. Porém, não se pode esperar que a formação profissional adequada seja solução para o problema do desemprego no país, uma vez que esse se deve ao fato do país apresentar uma baixa capacidade de geração de postos de trabalho, principalmente de boa qualidade.

A forma como foi conduzida a economia na década de 90, acabou desestruturando o mercado de trabalho nacional e, mais drasticamente, o mercado de trabalho da RMSP. Dentre as possibilidades oferecidas pelo capitalismo, o contrato de trabalho ainda é a melhor alternativa para o trabalhador que só tem sua força de trabalho como garantia. Com a crise do emprego formal, os direitos e garantias do trabalhador da RMSP ficam debilitados, deixando os trabalhadores completamente desamparados.

Um esforço na tentativa de reverter essa situação passa a ser obrigatório para se garantir o desenvolvimento e bem-estar de toda uma nação. Analisando a extensão e gravidade do problema, nota-se que medidas urgentes devem ser tomadas, tanto por órgãos governamentais, quanto pelo empresariado nacional.

## Bibliografia

- Baltar, P. E. de A. "Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil" *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/UNICAMP, n.6, jun.1996.
- (apresentação de trabalho), *Emprego e informalidade das ocupações urbanas no Brasil nos Anos 90*, XI Encontro Nacional de Estudos de População, Caxambú, 1998.
- Baltar, P.E. de A; Dedecca, C.S. e Henrique, W. *Mercado de trabalho, precarização e exclusão no Brasil*. Santiago do Chile, ILS- Preal/ OIT, mimeo, 1993.
- Baltar, P.E. de A. e Henrique, W. "Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil" Mattoso, J.E.L. *O Mundo do Trabalho*. São Paulo, Ed. Scritta, 1994.
- Baltar, P. E. de A.; Dedecca, C. S. e Henrique, W. "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil". Barbosa de Oliveira, C. A. e Mattoso, J.E.L. *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?*. São Paulo, Ed. Scritta, 1996.
- Baltar, P.E. de A. e Proni, M.W. "Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura social" Barbosa de Oliveira, C.A. e Mattoso, J.E.L. *Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo, Ed. Scritta, 1996.
- Boletim DIEESE. "Desemprego avança e ocupação perde qualidade na Grande São Paulo" *DIEESE – Anuário dos Trabalhadores*. São Paulo, DIEESE, jun-fev/1998.
- Boletim DIEESE. "A controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil" *Boletim DIEESE*. São Paulo, DIEESE, n.183, jun.1996.
- Braglia, M. A. G. "A Proteção Social Pelo Trabalho – entre o óbvio e o exótico" *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v.10, n.1, jan-mar/1996.
- Carvalho, R. de Q. e Bernardes, R. "Reestruturação Industrial, Produtividade e Desemprego" *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v.10, n.1, jan-mar/1996.
- Ferreira, S. P. e Aquilini, G. de H "Mercado de trabalho – mudanças estruturais e comportamento" *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v.13, n.1-2, jan-jun/1999.
- Laplane, M. e Sarti, F. "Investimento Direto Estrangeiro e o Impacto na Balança Comercial nos anos 90" *Texto para discussão 629*. Brasília, fev.1999.
- Mattoso, J.E.L. *O Brasil Desempregado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

- “Produção e emprego: renascer das cinzas” Lesbaupin, I. *O Desmonte da Nação* Rio de Janeiro, Vozes, 1999.
- Mattoso, J.E.L. e Antonio de Oliveira, M. “Desenvolvimento excludente, crise econômica e desafios do sindicalismo brasileiro.” *Cadernos do CESIT*. Campinas, UNICAMP/IE/CESIT, n.1, 1991.
- Mattoso, J.E.L. e Baltar, P.E. de A. “Transformações estruturais e emprego nos anos 90” *Cadernos do CESIT*. Campinas, UNICAMP/IE/CESIT, n.21, out.1996.
- Mattoso, J.E.L. e Baltar, P.E. de A. “Estrutura econômica e emprego no Brasil: a experiência recente” Velloso, J.P. dos R. *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro, J. Olimpio, 1997.
- Mattoso, J.E.L. e Pochmann, M. “Mudanças estruturais e trabalho no Brasil” *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/UNICAMP, n.10, jun.1998.
- Moreira, M.M. e Correa, P. G. “Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo” *Revista de Economia Política*. São Paulo, v.17,n.2, abr-jun/1997.
- Montagner, P. e Brandão, S. M. C. “Desemprego – novos aspectos de um velho problema” *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v.10, n.1, jan-mar/1996.
- Montagner, P. e Watanabe, M. I. “Grupos Ocupacionais e Qualificação para o Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo” *A Qualificação para o Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo: os limites para a reconversão*. São Paulo, Fundação SEADE e Secretária de Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, dez.1997.
- Pochmann, M. “Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil” *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, v.26, n.2, 1998.
- Pochmann, M. *O Emprego na Globalização*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- Troyano, A. “A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego” *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, v.1,n.1, 1985.
- Souza, P. *Emprego, Salário e Pobreza*. São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP, 1979.